Multiner – Relatório da Administração 2015

São Paulo, 26 de janeiro de 2018 – Multiner S.A. – "Multiner" ou "Companhia" anuncia os resultados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e ao quarto trimestre de 2015 ("4T15"). As informações financeiras e operacionais descritas a seguir, exceto onde indicado o contrário, são apresentadas em bases consolidadas e em milhares de Reais (R$) de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (IFRS), e incluem as subsidiárias diretas da Companhia e suas respectivas subsidiárias e filiais.

Aos Senhores Acionistas,

A Administração da Multiner S.A. ("Multiner" ou "Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

As Demonstrações Financeiras da Multiner são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, substancialmente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e referenciadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO E INFORMAÇÕES GERAIS

A Multiner S.A. (“Multiner” ou “Companhia”) é uma holding, na forma de sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro – Brasil, que detêm autorizações de uso de bem público, na condição de produtor independente. A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

No ano de 2015, a Companhia e seu corpo diretivo envidaram esforços para (i) incrementar a eficiência operacional dos ativos de geração diante do cenário de despacho ininterrupto; (ii) adotar medidas com objetivo de alcançar a redução de dívida e o aumento de caixa.

MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA EM 2015

Em 2015, o consumo nacional de energia elétrica atendido pela rede atingiu 465.203 GWh com declínio de 2,0% em relação ao ano de 2014.

O cenário econômico desfavorável, o agravamento das condições de emprego e renda e as altas tarifas de eletricidade impactaram negativamente o mercado, principalmente a indústria.

O consumo de energia elétrica nas indústrias fechou 2015 com recuo de 5,7% em relação ao ano anterior, totalizando 168.854 GWh, em função do cenário desfavorável de atividade industrial em quase todos os segmentos. O consumo da classe apresentou quedas mensais ao longo do ano, intensificadas no segundo semestre. O último trimestre registrou recuo de 7,7%, o maior do ano e o mais forte já observado para este período desde 2004. São Paulo e Minas Gerais, primeiro e segundo maiores consumidores industriais do país, estão entre os estados com as maiores reduções.

O consumo residencial em 2015, que totalizou 131.295 GWh, apresentou decréscimo de 0,8% em relação ao ano de 2014. Pela primeira vez depois do racionamento de 2001, o consumo médio nas residências brasileiras registrou retração, em dezembro de 2015. Tal resultado se deve principalmente a elevação da tarifa média de eletricidade ao consumidor, impactada tanto pelo índice de reajuste superior a 40%, em algumas distribuidoras do País, quanto pela incidência da bandeira vermelha nas contas de eletricidade.

Vale salientar, também, que a expansão de unidades consumidoras residenciais registrou crescimento de apenas 2,6% em relação a dezembro de 2014, mantendo-se a tendência de queda iniciada em 2013.

A classe de comércio e serviços apresentou um resultado positivo com um consumo de 90.893 GWh que garantiu um crescimento de 1,2%, em relação a 2014. O resultado, porém, ficou longe da expansão que vinha se realizando nos últimos cinco anos (superior a 6%, em média). O baixo crescimento se deveu ao enfraquecimento da atividade comercial e ao recuo de investimentos no setor. Em termos regionais, coube ao Norte e Nordeste a principal contribuição para o resultado ainda positivo da classe, sendo um incremento de 7,3% e 4,4%, respectivamente.

Fonte: Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

DESEMPENHO OPERACIONAL 4T e 2015

Parque Gerador

A Multiner S.A possui um parque gerador composto por 02 usinas operacionais: Parque Eólico Alegria e Usina Termelétrica Cristiano Rocha - RAESA.

Empreendimento	Localização	Fonte	Capacidade Instalada (MW)	Início Operação Comercial	Término da Autorização
UTE Cristiano Rocha	Manaus/AM	Óleo Combustível + Gás Natural	85	16/11/2006	20/05/2025
Total Fonte Termelétrica			**85**		
UEE Alegria I	Guamaré/RN	Eólica	51,15	30/12/2010	30/12/2030
UEE Alegria II			100,65	30/12/2011	30/12/2031
Total Fonte Eólica			**151,8**		
Total			**236,8**		

Produção/ Geração

No ano de 2015, foram gerados 983.814 MWh, sendo 419.984 MWh gerados pela UEE Parque Alegria (Alegria I e II) e 563.830 MWh por Cristiano Rocha (RAESA).

A geração de energia observada em 2015 ficou em linha com a geração do ano de 2014, no valor de 989.077 MWh.

No quarto trimestre de 2015, a geração de energia elétrica nas usinas operadas pela Multiner foi de 61,45 MW médios. Do total gerado, a UEE Parque Alegria (Alegria I e II) foi responsável pela geração de 58,81 MW médios e a UTE Cristiano Rocha (RAESA) por 64,09 MW médios.

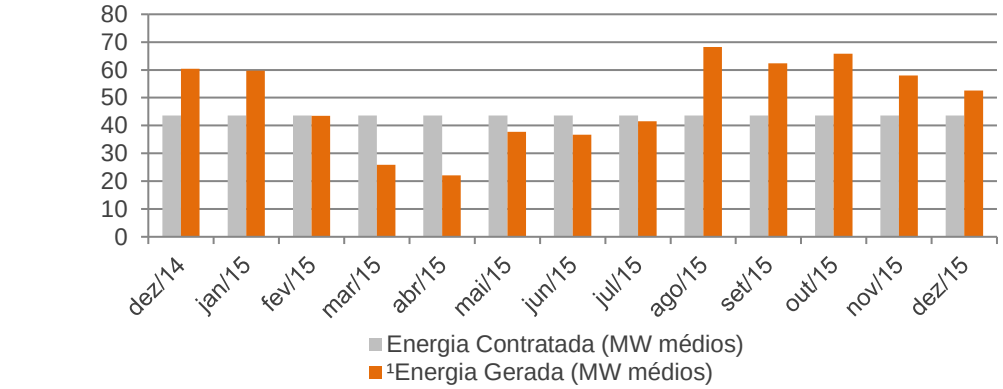
No ano de 2015, o Parque Eólico Alegria I e II foi capaz de gerar excedente de 39,7 GWh em relação a energia contratada. Através desta geração excedente, estima-se que ocorra um ajuste positivo (“bônus”) no valor aproximado de R$ 10 milhões, a serem recebidos em 2016, equivalentes a cerca de 6% do valor da Receita Total anual.

A utilização do *PMS - Performance Monitoring System* e *CMS - Condition Monitoring System* - no monitoramento da condição operativa das turbinas possibilitou a maximização da eficiência na geração de energia e a programação das manutenções corretivas para os períodos de vento fraco, fazendo com que a perda de geração fosse menor.

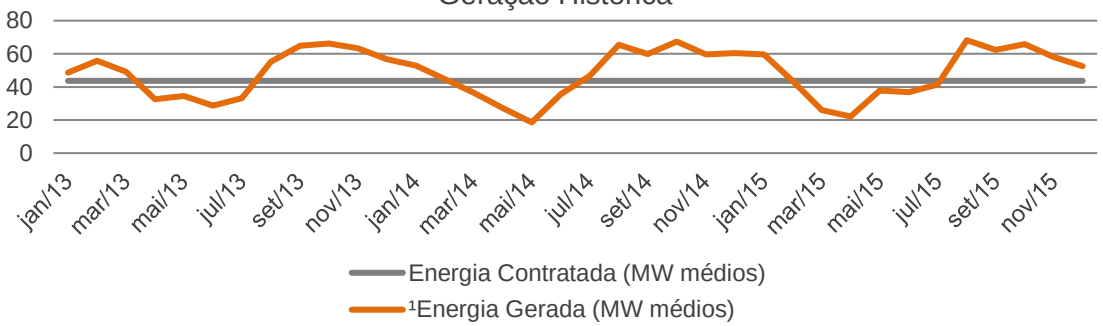
Através do uso do *CMS*, foi possível evitar falhas em 6 *gearboxes*, poupando o projeto de um custo adicional aproximado de R$ 3 milhões.

A disponibilidade do Parque Eólico de Alegria manteve uma média anual de 98,5%, uma das maiores do Brasil, de acordo com a Vestas.

Parque Eólico Alegria
Geração - 1 ano



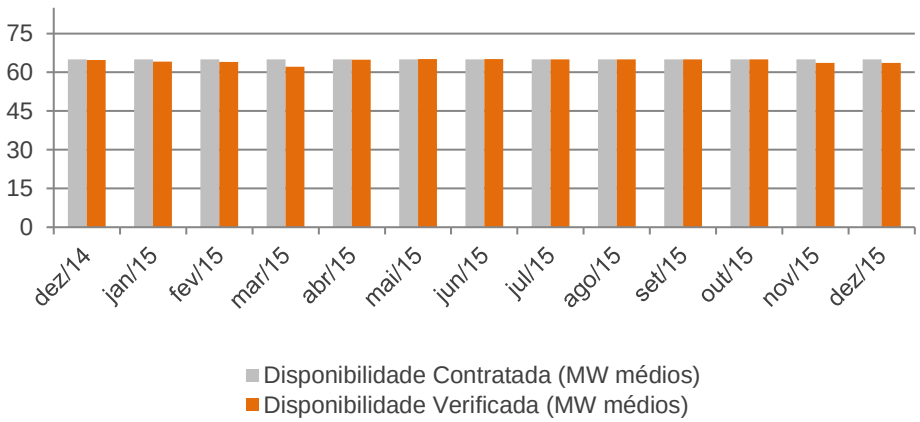
Parque Eólico Alegria
Geração Histórica

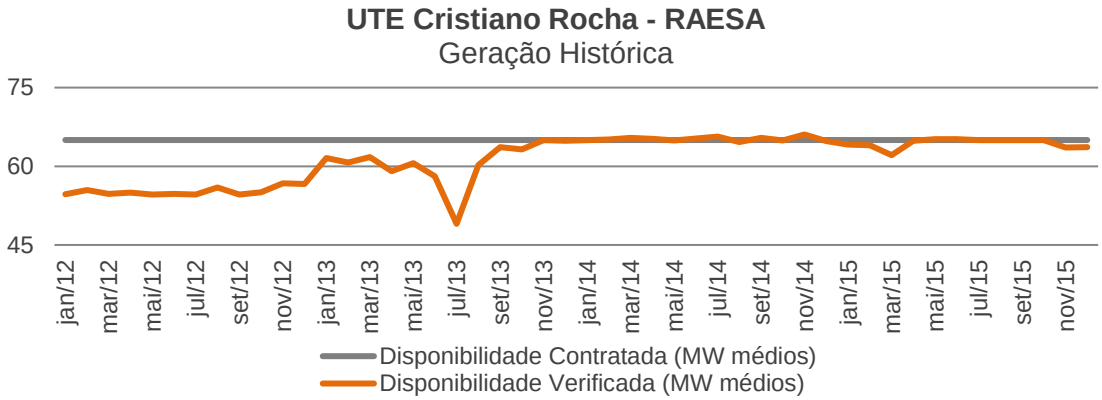


¹Energia gerada líquida para faturamento

É importante salientar que se observa, no Rio Grande do Norte, um período de chuvas característico da região, entre os meses de dezembro e abril, e, desta forma, a intensidade dos ventos é consideravelmente reduzida. Como consequência, observa-se uma redução na produção de energia eólica.

UTE Cristiano Rocha - RAESA
Disponibilidade - 1 ano





DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Na tabela a seguir estão apresentados os resultados consolidados da Companhia, que incluem os resultados de suas subsidiárias diretas e suas respectivas subsidiárias e filiais.

DEMOSTRAÇÃO DE RESULTADOS	4T15	4T14	4T15/4T14	12M15	12M14	9M15/9M14
Receita Líquida de vendas	**18.536**	**15.866**	**16,8%**	**57.355**	**54.199**	**5,8%**
Custo de Produção	(9.717)	(10.155)	-4,3%	(22.941)	(24.541)	-6,5%
Lucro Bruto	**8.819**	**5.711**	**54,4%**	**34.414**	**29.658**	**16,0%**
Despesas Operacionais	**(15.070)**	**11.291**	**-233,5%**	**(39.586)**	**(70.519)**	**-43,9%**
Despesas Gerais e Administrativas	(6.484)	(15.595)	-58,4%	(29.541)	(39.111)	-24,5%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(8.586)	26.886	-131,9%	(10.045)	(31.408)	-68,0%
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	**(6.251)**	**3.282**	**-290,5%**	**(5.172)**	**(54.581)**	**-90,5%**
Financeiras Líquidas	**(50.170)**	**(7.734)**	**548,7%**	**(69.633)**	**(32.598)**	**113,6%**
Receitas Financeiras	8.626	12.514	-31,1%	81.097	67.037	21,0%
Despesas Financeiras	(58.796)	(47.662)	23,4%	(150.730)	(127.049)	18,6%
Resultado de Equivalencia Patrimônial	(33.799)	(21.667)	56,0%	(70.284)	(47.080)	49,3%
Lucro antes dos impostos	(90.220)	(39.813)	126,6%	(145.089)	(147.953)	-1,9%
Impostos e Contribuições	(14.314)	13.400	-206,8%	(11.939)	16.152	-173,9%
Lucro/ Prejuízo do exercício	**(104.534)**	**(26.413)**	**295,8%**	**(157.028)**	**(131.801)**	**19,1%**

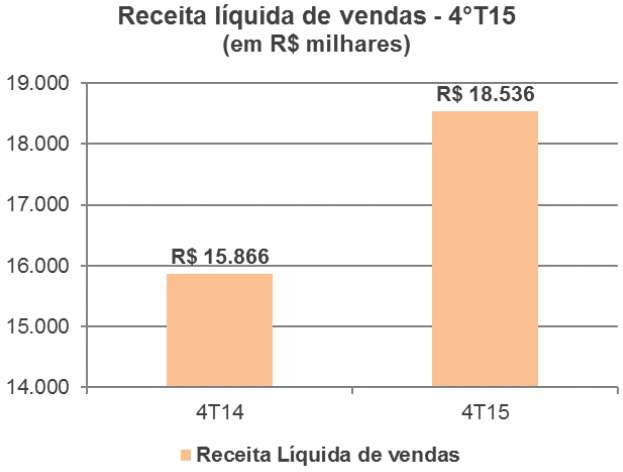
(em milhares de R$)

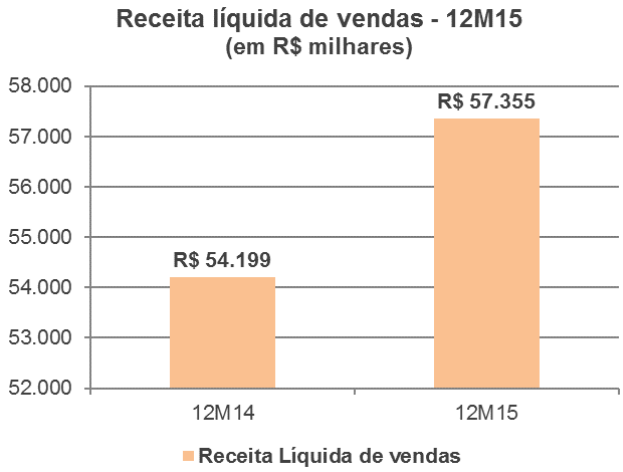
Receita Líquida de Vendas

(em milhares de R$)

No 4T15, a receita líquida de vendas apresentou um crescimento de 16,8%, quando comparada ao quarto trimestre do ano anterior, passando de R$ 15,9 milhões para R$ 18,5 milhões.

No ano de 2015 observa-se um crescimento de um pouco mais de 5,8% comparado ao ano de 2014. No período, foi observado um aumento de 3,5% na receita fixa (potência garantida) enquanto a receita variável (O&M) permaneceu estável.





Custos de Produção de Energia

No ano de 2015, o custo de produção de energia apresentou uma redução de 6,5%, passando de R$ 24,5 milhões, em 2014, para R$ 22,9 milhões, nos 12 meses de 2015.

A redução no custo das vendas foi resultado de uma queda de R$1.600 mil distribuídos em peças e serviços, óleo lubrificante, salários e encargos e aluguel de máquinas e principalmente equipamentos.

Adicionalmente, a partir de abril de 2015, a Companhia passou a se creditar de PIS e Cofins sobre o custo de aluguel de máquinas e equipamentos, o que também contribuiu para o decréscimo no custo de produção.

É importante destacar que, no último trimestre de 2015, em busca de alternativas para a redução dos custos da aquisição do Óleo Lubrificante, até então fornecidos exclusivamente pela BR Distribuidora, a Companhia, após estudos, optou pela instalação de um tanque próprio na UTE Cristiano Rocha.

A instalação do tanque próprio, com capacidade para 35 m^3, permitirá que a Usina adquira Óleo Combustível de outros fornecedores além da BR Distribuidora, como Mobil, Texaco e Shell, após processo concorrencial par se obter melhores preços por litro e condições de pagamento.

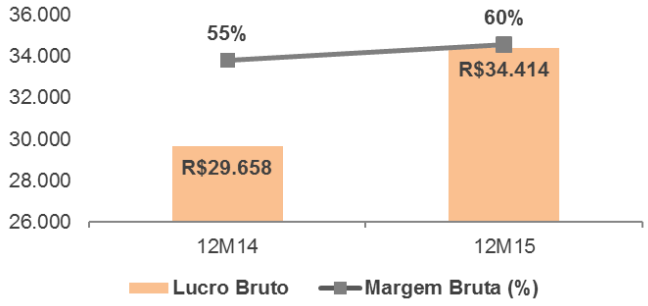
A instalação do tanque próprio foi finalizada no início de 2016 e representa uma oportunidade para uma redução de custos na ordem de mais de R$ 50 mil por mês.

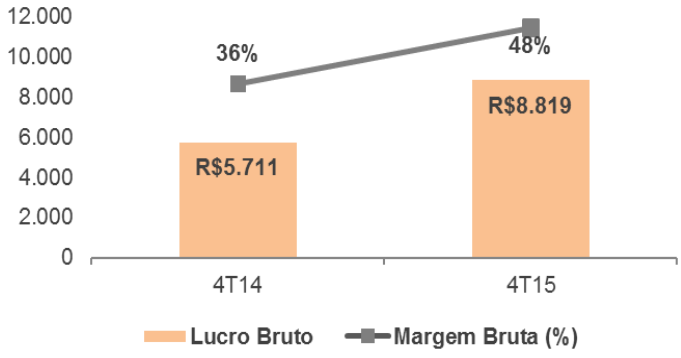
Lucro Bruto

(em milhares de R$)

No 4° trimestre de 2015, o lucro bruto cresceu 54,4%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, resultado da redução de 4,3% no Custo de produção e incremento de 16,8% na Receita Líquida de Vendas. A margem bruta apresentou 54,4% de crescimento no 4° trimestre, ao compararmos com o 4° trimestre de 2014.

Nos doze meses de 2015, o lucro bruto cresceu 16% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, resultado da redução de 6,5% no Custo de produção e incremento de 5,8% na Receita Líquida de Vendas. A margem bruta apresentou 16% de crescimento no ano, ao compararmos com o ano de 2014.

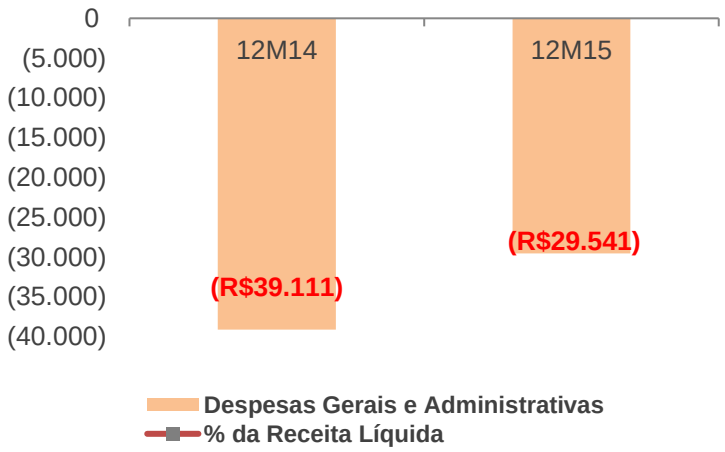




Despesas Gerais e Administrativas

(em milhares de R$)

No ano de 2015, as despesas gerais e administrativas apresentaram uma redução de 24,5%, em relação ao mesmo período do ano anterior.



Resultado de Equivalência Patrimonial

Apesar de, a Multiner possuir maioria nas investidas **New Energy Options Geração de Energia S.A. – NEO** e na **Companhia Energética Uruguai – CEU**, não pode administrar de forma independente as políticas financeiras e operacionais das investidas, em razão de acordo firmado com os demais investidores. Consequentemente, a Companhia passou a aplicar o CPC 18, CPC 36 e ICPC 09 – Nova redação – que estabelece a contabilização de investimentos em controladas e coligadas, e define os requisitos para aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

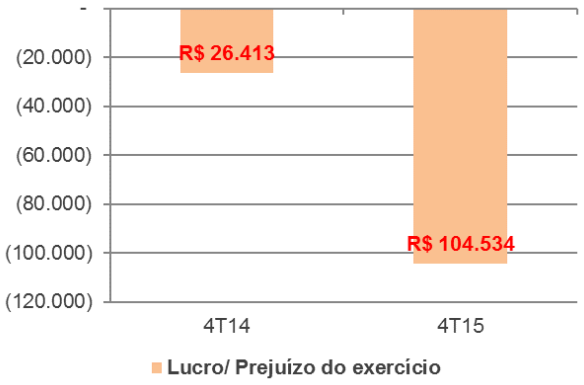
O Resultado de Equivalência Patrimonial no ano de 2015: **New Energy Options Geração de Energia S.A – NEO** (R$ 66,8 milhões) e **Cia Energética Uruguai – CEU** (R$ 887).

Lucro/ Prejuízo Líquido

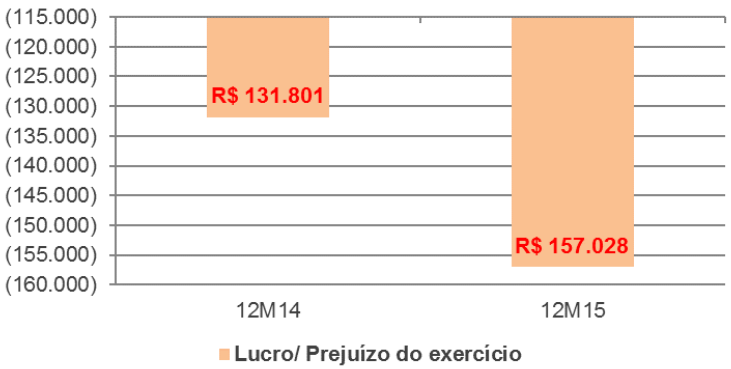
(em milhares de R$)

No 4° trimestre, a Companhia aferiu Prejuízo Líquido de R$ 104,5 milhões, apresentando um declínio em relação ao prejuízo de R$ 26,4 milhões registrado no ano anterior.

A redução no Resultado Liquido decorreu, principalmente, por conta da redução do Resultado da Equivalência Patrimonial, incremento nas despesas financeiras, apesar de que houve uma redução nas despesas operacionais, gerias e adminsitrativas.



No ano de 2015 foi registrado Prejuízo de R$ 157,0 milhões, apresentando uma piora de 19,1% em relação ao Prejuízo Líquido de 2014.



GOVERNANÇA CORPORATIVA

No ano de 2015 foram realizadas doze Reuniões do Conselho de Administração da Multiner.

No início de março, foi aprovada a celebração do contrato de comodato com cláusula de eficácia entre Multiner S.A. e Bolognesi Energia S.A.

Em RCA realizada no final de abril, os Srs. Conselheiros aprovaram a contratação da empresa Boucinhas, Campos & Conti para prestação de serviços de auditoria independente da Companhia no exercício de 2015.

No mês de outubro foi deliberado o aditamento das Cédulas de Crédito Bancário de titularidade da Multiner S.A. emitidas pela Rio Amazonas S.A. e New Energy Options. No final do mesmo mês, foi dada ciência das renúncias, do Sr. Paulo Cesar Rutzen ao cargo de Diretor Presidente da Companhia e do Sr. Giancarlo Porto Bratowski ao cargo de Diretor Técnico da Companhia. E foram aprovadas as eleições, do Sr. Ronaldo Marcelio Bolognesi, ao cargo de Diretor Presidente Interino, e a eleição do Sr. José Faustino da Costa Cândido, ao cargo de Diretor Técnico.

Em meados de novembro, o Conselho de Administração autorizou a Multiner S.A. a avalizar o Contrato de Prestação de Fiança e sua respectiva Nota Promissória, a ser firmado entre Bic Banco e a New Energy Options Geração de Energia. Também foram deliberadas, no mesmo mês, as aprovações da Políticas de Compartilhamento de Custos e de Partes Relacionadas.

Por fim, no mês de dezembro, foram deliberadas a ratificação da eleição do Sr. Ronaldo Marcelio Bolognesi, ao cargo de Diretor Presidente Interino, e da eleição do Sr. José Faustino da Costa Cândido, ao cargo de Diretor Técnico da Companhia e a aprovação do Orçamento 2015 da Companhia.

AUDITORES INDEPENDENTES – INSTRUÇÃO CVM 381/03

Com o objetivo de atender à Instrução CVM n.º 381/03, a Multiner S.A. informa que a Boucinhas, Campos & Conti, prestadora dos serviços de auditoria externa à Companhia, prestou serviços não relacionados à auditoria externa durante o exercício de 2015.

Em atendimento ao disposto no artigo 2° da Instrução CVM N° 381/03, informamos:

a) Serviços de Revisão Fiscal – Verificação dos cálculos de impostos e cumprimento de todas as obrigações acessórias da Multiner e suas controladas. Data da Contratação: 30/04/15;

b) Valor total dos honorários pagos para o serviço de Revisão Fiscal foi de R$ 58.200,00, representando 39,9% em relação aos honorários relativos aos serviços de auditoria externa;

c) A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

d) Ainda, em atendimento ao artigo 3º da Instrução CVM 381/03, que determina que o auditor deverá declarar à administração das Entidades Auditadas as razões de que, em seu entendimento, a prestação de outros serviços não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa, a Boucinhas, Campos & Conti declara que “considerando a natureza do serviço prestado que consistiu em uma revisão fiscal com objetivo de verificar o correto cumprimento das obrigações principais e acessórias da Companhia, é nosso entendimento que tal serviço auxilia a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e, portanto, não compromete a independência, a objetividade e o ceticismo profissional com relação ao serviço de auditoria das demonstrações financeiras.”

BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhares de R$

Ativo	Consolidado		Passivo	Consolidado	
	2015 Reapresentado	2014 Reapresentado		2015 Reapresentado	2014 Reapresentado
			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	706	3306	Empréstimos e financiamentos	492.965	435.719
Contas a receber	145.964	153.379	Debêntures	16.565	13.695
Impostos a recuperar	11.325	11.190	Fornecedores	273.182	226.625
Arrendamento mercantil	13.396	12.539	Obrigações sociais e trabalhistas	710	672
Estoque de peças	16.062	7.763	Obrigações tributárias	47.691	36.173
Bens disponíveis para a venda	147	147	Outras obrigações	2.684	791
Despesas antecipadas	572	419			
Adiantamento a fornecedores	1.367	1.174	Total passivo circulante	833.797	713.675
Outros créditos ativo CP	2.134	303			
			Passivo não circulante		
Total ativo circulante	**191.673**	**190.220**	Fornecedores	3374	3.373
			Obrigações tributárias	7165	15.545
			Provisão para contingências	471	1.564
			Partes relacionadas	10	11
			Provisão para perda de investimento	101845	31.558
Impostos a recuperar	43.696	39.132	Outras obrigações	4.659	3.954
Arrendamento mercantil	193.468	206.864			
Depositos judiciais	286	255	**Total passivo não circulante**	**117.525**	**56.005**
Partes relacionadas	515.529	472.136			
Outros créditos ativo LP	20	20	**Patrimônio líquido**		
Adiantamentos a fornecedores	742	2.769	Capital social	855.828	855.811
Intangível	169.721	181.025	Reserva de capital	543.916	543.916
Investimento	0	0	Prejuízos acumulados	-1.200.302	-1.044.376
Imobilizado	27.978	26.062	Total do patrimônio líquido atribuível aos	-1.200.302	-1.044.376
Propriedade para investimento	5.298	5.298	Acionistas não controladores	-2.353	-1.250
Total ativo não circulante	956.738	933.561	Total do patrimônio líquido	197.089	354.101
Total Ativo	**1.148.411**	**1.123.781**	**Total do passivo e patrimônio líquid**	**1.148.411**	**1.123.781**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Em milhares de R$

	Consolidado	
Operações Continuadas	**2015 Reapresentado**	**2014 Reapresentado**
Receita operacional bruta	129.637	125.302
Deduções da Receita Operacional bruta	(72.282)	(71.103)
Receita operacional líquida	57.355	54.199
Custo dos Serviços	(22.941)	(24.541)
Lucro bruto	**34.414**	**29.658**
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas	(29.541)	(39.111)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(10.045)	(31.408)
Resultado de equivalência patrimonial	(70.284)	(47.080)
Total receitas (despesas) operacionais	(109.870)	(117.599)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	**(75.456)**	**(87.941)**
Despesas financeiras	(150.730)	(127.049)
Receitas financeiras	81.097	67.037
Resultado financeiro, liquido	(69.633)	(60.012)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**(145.089)**	**(147.953)**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(11.939)	(1.462)
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	17.614
Prejuízo do exercício	**(157.028)**	**(131.801)**
Prejuízo atribuído aos sócios não controladores	1.102	682
Prejuízo atribuído aos sócios controladores		
	(155.926)	**(131.119)**

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM Nº 480/09, a Diretoria da Multiner declara que reviu, discutiu, e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Multiner S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações financeiras 3
Balanços patrimoniais 8
Demonstrações de resultados 10
Demonstrações dos resultados abrangentes 11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 12
Demonstrações dos fluxos de caixa 13
Demonstrações do valor adicionado 14
Notas explicativas às demonstrações financeiras 15

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REAPRESENTADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Multiner S.A.

Rio de Janeiro - RJ

1. Examinamos as demonstrações financeiras reapresentadas individuais e consolidadas da Multiner S.A., identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

2. A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accouting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos

relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

6. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 13, a Companhia apresenta nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 estoques referentes a peças para manutenção de sua investida indireta Rio Amazonas S.A. no montante de R$ 16.062 mil para os quais não foi possível acompanharmos os procedimentos de inventário físico para efeito de apuração desses estoques, portanto não foi possível concluirmos sobre o saldo contábil apresentado.

Opinião com ressalva

7. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Multiner S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Ênfases

Reapresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

8. Em 30 de março de 2016, emitimos relatório de auditoria, sem modificação, sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e notas explicativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 da Multiner S.A. que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.b, essas demonstrações financeiras e notas explicativas foram ajustadas e

estão sendo reapresentadas, com objetivo de melhor apresentar a posição patrimonial e dos resultados da Companhia. Nossa opinião, datada de 07 de fevereiro de 2018, sobre as demonstrações financeiras reapresentadas, está modificada conforme descrito no parágrafo base para opinião com ressalva.

Continuidade Operacional

9. Os assuntos descritos nos subitens deste parágrafo podem indicar a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está modificada com relação a estes assuntos.

a) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, pelo não cumprimento de obrigações condicionadas no 1º Aditivo ao contrato de reorganização financeira da Multiner S.A., o saldo devedor no passivo não circulante no montante de R$ 246.007 mil foi integralmente reclassificado para o passivo circulante.

b) Ainda, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 16 – Covenants -, em 31 de dezembro de 2015, pelo fato de não ter a devida anuência formalizada pelos seus credores quanto ao não cumprimento de covenants, a Companhia realizou a reclassificação da dívida para o passivo circulante.

c) Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 24, em novembro de 2016, a investida indireta Rio Amazonas Energia S.A. inadimpliu pecuniariamente a obrigatoriedade frente à segunda emissão de CCBs.

d) A Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 apresentou prejuízos nos montantes de R$ 155.926 mil e R$ 157.028 mil nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas respectivamente (R$ 131.119 mil e R$ 131.801 mil em 31/12/2014) e, naquela data, o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R$ 47.759 mil e R$ 642.124 mil nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas respectivamente (R$ 31.946 mil e R$ 523.455 mil em 31/12/2014.

Decisão desfavorável em ação contra a companhia

10. Na Nota Explicativa nº 24, a Administração da Companhia informa que obteve decisão desfavorável no exercício de 2016 em processo judicial que determinou pagamento a Caterpillar Motoren GMbH & Co. no montante de R$ 33.036 mil. Em 18 de dezembro de 2017, foi homologado acordo entre as partes nos termos do processo n°. 0055786-98.2016.4.02.5101, com pagamento da dívida em prestações mensais e sucessivas a partir de janeiro de 2018, cujo término ocorrerá em novembro de 2027. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Ações contra a Companhia classificadas como perda possível

11. A Nota Explicativa nº 18 descreve que a Companhia está se defendendo em diversas ações de natureza cível e regulatória. A Administração da Companhia avaliou como possível as chances de perda nessas ações, nos montantes de R$ 67.938 mil de R$ 232.065 mil, e, portanto, nenhuma provisão foi registrada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015. No entanto, caso essas ações tenham um desfecho negativo, a posição financeira da Companhia deverá sofrer impacto relevante. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

12. Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 24 que divulga que a Companhia recebeu ação de cobrança ajuizada pela Petrobras Distribuidora S.A. contra a sua investida indireta Rio Amazonas S.A, tendo por objeto inadimplemento quanto ao pagamento da contraprestação pelo fornecimento do óleo combustível decorrente do contrato de fornecimento de óleo combustível subsidiário do Contrato de Suprimento de Energia firmado, em 20/05/2005, pela RAESA e pela Amazonas Distribuidora de Energia S.A. O valor do débito em questão é de R$ 208.318 mil. A Administração da Companhia avaliou as chances de perda nessa ação como possível, e, portanto, nenhuma provisão foi registrada nas demonstrações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

13. Ainda na Nota Explicativa nº 24, a Companhia divulga que foram adquiridas em 09/08/2010 pela Fundiágua 12 debêntures, não conversíveis em ações de sua emissão. Após diversas prorrogações nos prazos de vencimento, em 24/08/2017 o debenturista enviou a Companhia o mandado de execução no montante atualizado de R$ 15.108 mil. A Administração da Companhia avaliou as chances de perda nessa ação como possível, e, portanto, nenhuma provisão foi registrada nas demonstrações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2015. No entanto, caso ocorra um desfecho negativo, a posição financeira da Companhia deverá sofrer impacto relevante. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Operação Greenfield

14. Na Nota Explicativa nº 24 a Administração informa que no mês de setembro de 2016 a Companhia foi alvo de Mandado de Busca e Apreensão expedido pela 10ª Vara Federal de Brasília, assim como teve o bloqueio de suas contas bancárias determinado pela 10ª Vara Criminal Federal em Brasília. No mês de dezembro de 2016, foi ordenado o desbloqueio das referidas contas bancárias condicionado a obrigações a serem cumpridas pela Companhia. Esses fatos são decorrentes da operação que apura crimes de gestão temerária

e fraudulenta contra fundos de pensão. A Administração da Companhia. contratou, no mês de setembro de 2016, firma de auditoria para realizar investigação independente em suas contas e de suas investidas, cujo processo de investigação encontra-se em andamento. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

15. Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2018

BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI
Auditores Independentes S/S
CRC-SP-5.528/O-S-RJ

Antonio Carlos de Oliveira Pires
Contador-CRC-RJ-065.305/O-RJ

Multiner S.A.
Balanço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Notas**	**31/12/2015 Reapresentado**	**31/12/2014 Reapresentado**	**31/12/2015 Reapresentado**	**31/12/2014 Reapresentado**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	676	2.289	706	3.306
Contas a receber	4	-	-	145.964	153.379
Impostos a recuperar	6	1.904	2.095	11.325	11.190
Arrendamento mercantil	8	-	-	13.396	12.539
Estoque de peças	13	-	-	16.062	7.763
Bens disponíveis para a venda		-	-	147	147
Despesas antecipadas		123	108	572	419
Adiantamento a fornecedores	5	1.135	934	1.367	1.174
Outros créditos ativo CP		-	-	2.134	303
Total ativo circulante		3.838	5.426	191.673	190.220
Não circulante					
Impostos a recuperar	6	-	-	43.696	39.132
Arrendamento mercantil	8	-	-	193.468	206.864
Depositos judiciais		212	179	286	255
Partes relacionadas	7	628.486	572.774	515.529	472.136
Outros créditos ativo LP		20	20	20	20
Adiantamentos a fornecedores	5	103	103	742	2.769
Intangível	10	264	325	169.721	181.025
Investimento	11	57.484	57.039	-	-
Imobilizado	12	154	254	27.978	26.062
Propriedade para investimento	9	5.298	5.298	5.298	5.298
Total ativo não circulante		692.021	635.992	956.738	933.561
Total ativo		**695.859**	**641.418**	**1.148.411**	**1.123.781**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Multiner S.A.
Balanço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Notas**	**31/12/2015 Reapresentado**	**31/12/2014 Reapresentado**	**31/12/2015 Reapresentado**	**31/12/2014 Reapresentado**
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	492.965	435.719
Debêntures	16	16.565	13.695	16.565	13.695
Fornecedores	14	1.587	1.046	273.182	226.625
Obrigações sociais e trabalhistas		562	515	710	672
Obrigações tributárias	15	32.852	22.116	47.691	36.173
Outras obrigações		31	-	2.684	791
Total passivo circulante		51.597	37.372	833.797	713.675
Passivo não circulante					
Fornecedores	14	-	-	3.374	3.373
Obrigações tributárias	15	99	-	7.165	15.545
Provisão para contingências	18	1.157	1.564	471	1.564
Partes relacionadas	7	72.316	64.635	10	11
Provisão para perda de investimento	11	371.243	182.492	101.846	31.558
Outras obrigações		5	4	4.659	3.954
Total passivo não circulante		444.820	248.695	117.525	56.005
Patrimônio líquido					
Capital social	17	855.828	855.811	855.828	855.811
Reserva de capital	17	543.916	543.916	543.916	543.916
Prejuízos acumulados		(1.200.302)	(1.044.376)	(1.200.302)	(1.044.376)
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores		199.442	355.351	199.442	355.351
Acionistas não controladores		-	-	(2.353)	(1.250)
Total do patrimônio líquido		199.442	355.351	197.089	354.101
Total do passivo e patrimônio líquido		**695.859**	**641.418**	**1.148.411**	**1.123.781**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Multiner S.A.
Demonstração do Resultado do Exercícios
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Operações continuadas	**Notas**	**31/12/2015 Reapresentado**	**31/12/2014 Reapresentado**	**31/12/2015 Reapresentado**	**31/12/2014 Reapresentado**
Receita operacional bruta		-	-	129.637	125.302
Deduções da receita operacional bruta		-	-	(72.282)	(71.103)
Receita operacional líquida	19	-	-	57.355	54.199
Custo dos serviços	20	-	-	(22.941)	(24.541)
Lucro bruto		**-**	**-**	**34.414**	**29.658**
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	21(a)	(13.789)	(13.021)	(29.541)	(39.111)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	21(b)	640	(18.789)	(10.045)	(31.408)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(194.281)	(143.552)	(70.284)	(47.080)
Total receitas (despesas) operacionais		(207.430)	(175.362)	(109.870)	(117.599)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**(207.430)**	**(175.362)**	**(75.456)**	**(87.941)**
Despesas financeiras	22	(16.071)	(26.900)	(150.730)	(127.049)
Receitas financeiras	22	79.514	58.492	81.097	67.037
Receitas (despesas) financeiras líquidas		63.443	31.592	(69.633)	(60.012)
Resultado antes dos impostos		**(143.987)**	**(143.770)**	**(145.089)**	**(147.953)**
Imposto de renda e contribuição social corrente		(11.939)	(1.462)	(11.939)	(1.462)
Imposto de renda e contribuição social diferido		-	14.113	-	17.614
Prejuízo líquido do exercício das operações continuadas		**(155.926)**	**(131.119)**	**(157.028)**	**(131.801)**
Prejuízo do exercício atribuído aos sócios não controladores		-	-	1.102	682
Prejuízo do exercício atribuído aos sócios controladores					
		(155.926)	**(131.119)**	**(155.926)**	**(131.119)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Multiner S.A.
Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2015	**2014**	**2015**	**2014**
	Reapresentado	**Reapresentado**	**Reapresentado**	**Reapresentado**
Prejuízo líquido do exercício	(155.926)	(131.119)	(155.926)	(131.119)
Resultado abrangente total	(155.926)	(131.119)	(155.926)	(131.119)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Multiner S.A.
Demonstração das Mutações do Patimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

		Reserva de capital					
	Capital social	**Ágio na emissão de ações**	**Reserva de capital**	**Lucros / Prejuízos acumulados**	**Acionistas da empresa individual**	**Participação de não controladores**	**Total**
Saldos em 01 de janeiro de 2014 Reapresentado	647.314	465.801	78.115	(913.257)	277.973	-	277.973
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(131.119)	(131.119)	(1.250)	(132.369)
Ajuste de exercícios anteriores				-			-
Aumento de capital	208.497	-	-	-	208.497		208.497
Saldos em 31 de dezembro de 2014 Reapresentado	855.811	465.801	78.115	(1.044.376)	355.351	(1.250)	354.101
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(155.926)	(155.926)	(1.103)	(157.029)
Aumento de capital	17	-	-	-	17	-	17
Saldos em 31 de dezembro de 2015 Reapresentado	855.828	465.801	78.115	(1.200.302)	199.442	(2.353)	197.089

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Multiner S.A.
Demonstração dos Fluxo de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2015	**2014**	**2015**	**2014**
	Reapresentado	**Reapresentado**	**Reapresentado**	**Reapresentado**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do IR e da CS	(143.987)	(143.770)	(143.987)	(143.770)
Ajustes por:				
Resultado de equivalência patrimonial	194.281	143.552	69.182	42.897
Juros ativos s/ operações de mutuos	(57.632)	(37.928)	(54.584)	(35.636)
Encargos passivos sobre mutuos	9.947	6.063	1.670	161
Juros ativos s/ empréstimos e financiamentos - CCBs	(21.362)	(18.866)	(8.801)	(8.185)
Encargos sobre debêntures	2.870	8.782	2.870	8.782
Juros passivos de empréstimos e financiamentos - CCBs	-		100.445	62.878
Custo de Captação	-	167	5.773	5.338
Amortização do Ágio	-		11.242	13.286
Perda de ativo imobilizado	-	22.739	-	22.739
Depreciação e amortização	247	126	248	131
Perda de créditos financeiros	-	204	-	204
Perda na alienção de ativo imobilizado	37		37	-
Provisão para contingências	-		37	-
Reversão de provisão para contingências	(407)	(1.864)	(407)	(1.864)
Juros s/ Arrendamento Financeiro	-	-	(14.500)	(15.321)
Amortização do Arrendamento Financeiro	-	-	27.039	27.057
Participação dos não controladores	-	-	9	-
	(16.006)	(20.795)	(3.727)	(21.303)
Redução (aumento) nos ativos				
Contas a receber			7.415	(11.654)
Tributos a recuperar	191	4.196	(4.699)	(184)
Despesas antecipadas	(15)	(43)	(153)	(44)
Adiantamento a fornecedores	(201)	2.053	(181)	2.572
Depósitos judiciais	(33)	427	(33)	427
Estoque de peças	-	-	(8.299)	(7.763)
Outros ativos	-	3	(1.830)	(184)
	(58)	6.636	(7.780)	(16.830)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	541	(1.740)	45.837	52.586
Obrigações sociais e trabalhistas	47	(191)	38	(201)
Obrigações tributárias	6.567	(1.612)	(1.130)	(11.165)
Outros passivos	31	4	2.596	711
	7.186	(3.539)	47.341	41.931
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.670)	(258)	(7.670)	(258)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - Juros			(27.381)	(8.036)
Pagamento de empréstimos captados com partes relacionadas - I	(36.662)	(24.866)	-	(1.208)
Caixa líquido das atividades operacionais	**(53.210)**	**(42.822)**	**783**	**(5.704)**
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aquisição de Imobilizado	(123)	(157)	(122)	(1.030)
Aquisição de intangível		(11)	-	(11)
Aporte de capital em controladas	(5.975)		(5.975)	-
Caixa líquido das atividades de investimento	(6.098)	(168)	(6.097)	(1.041)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital	17	93.929	17	93.929
Empréstimos concedido a partes relacionadas	(60.917)	(150.488)	(62.585)	(150.954)
Recebimentos de empréstimos concedidos a partes relacionadas	84.199	73.043	86.872	100.945
Empréstimos captados com partes relacionadas	34.396	64.132	-	-
Aplicação em CCB	-	(18.116)	-	(18.116)
Pagamento de debêntures		(17.227)	-	(17.227)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - Principal	-		(21.591)	(759)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	57.695	45.273	2.713	7.818
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(1.613)**	**2.283**	**(2.601)**	**1.073**
Saldo no início do período	2.289	6	3.306	2.233
Saldo no final do período	676	2.289	705	3.306
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(1.613)**	**2.283**	**(2.601)**	**1.073**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Multiner S.A.
Demonstração do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015 Reapresentado	**31/12/2014 Reapresentado**	**31/12/2015 Reapresentado**	**31/12/2014 Reapresentado**
Receitas	**-**	**-**	**102.252**	**97.937**
Venda de energia	-	-	101.577	97.932
Outras receitas	-	-	675	5
Insumos adquiridos de terceiros	**(6.196)**	**(27.801)**	**(48.759)**	**(71.721)**
Custos do serviço	-	-	-	-
Serviços de terceiros	(3.214)	(5.486)	(18.039)	(23.485)
Materiais, energia e outros	(1.787)	1.612	(30.211)	(21.787)
Perda/recuperação valores ativos	(38)	(23.927)	(38)	(26.449)
Provisão para contingências	(1.157)	-	(471)	-
Valor adicionado bruto	**(6.196)**	**(27.801)**	**53.493**	**26.216**
Retenções	**(247)**	**(126)**	**(251)**	**(13.420)**
Depreciação e amortização	(247)	(126)	(251)	(13.420)
Valor adicionado líquido produzido pela Entidade	**(6.443)**	**(27.927)**	**53.242**	**12.796**
Valor adicionado recebido em transferência	**(114.766)**	**(85.102)**	**10.814**	**19.914**
Resultado de equivalência patrimonial	(194.281)	(143.552)	(70.284)	(47.081)
Receitas financeiras	79.515	58.450	81.098	66.995
Valor adicionado a distribuir	**(121.209)**	**(113.029)**	**64.056**	**32.710**
Pessoal	**1.857**	**1.663**	**4.931**	**4.293**
Remuneração direta	-	-	2.217	1.892
FGTS	-	-	179	174
Benefícios	-	-	678	564
Honorários dos administradores	1.857	1.663	1.857	1.663
Tributos	**17.548**	**(6.962)**	**65.561**	**36.263**
Federais	17.521	(6.990)	33.235	6.322
Federais Diferido				(905)
Estaduais	1	1	32.301	30.819
Municipais	26	27	25	27
Remuneração de capitais de terceiros	**15.312**	**23.389**	**150.592**	**123.955**
Aluguéis	1.517	1.872	4.920	4.937
Despesas financeiras	13.795	21.517	145.672	119.018
Remuneração de capitais próprios	**(155.926)**	**(131.119)**	**(157.028)**	**(131.801)**
Prejuízo líquido do período	(155.926)	(131.119)	(155.926)	(131.119)
Participação dos não controladores	-	-	(1.102)	(682)
Valor adicionado distribuído	**(121.209)**	**(113.029)**	**64.056**	**32.710**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais e contexto operacional

A Multiner S.A. ("Multiner" ou "Companhia") é uma holding, na forma de sociedade anônima de capital aberto, com sede alterada em 2017 para a cidade de São Paulo/SP – Brasil, que detêm autorizações de uso do bem público, na condição de produtor independente. A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia é composta pelos seguintes acionistas: Bolognesi Energia S.A. (31,23% das ações ON), com sede em Porto Alegre/RS – Brasil, e Brasilterm Energia S.A. (20,49% das ações ON), com sede em Porto Alegre/RS – Brasil e o Multiner Fundo de Investimento em Participações (Multiner FIP), gerido pela Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ – Brasil, constituído sob a forma de condomínio fechado e formado por entidades fechadas de previdência complementar, detém a participação residual (48,28% das ações ON).

A Companhia participa em sociedades cujo objeto inclua (i) usinas de geração de energia termoelétrica, óleo combustível e/ou gás natural (UTE), (ii) comércio atacadista de energia elétrica, (iii) usina de geração de energia elétrica de fonte eólica.

A capacidade instalada da Companhia em 31 de dezembro de 2015 é de 236,8 MWh em usinas em operação.

Relação dos ativos de geração de energia elétrica

				Prazo da concessão / Autorização		
Empresa	Fonte	Situação	Contrato de concessão ANEEL	Início	Término	Início da operação comercial
Rio Amazonas Energia S.A.	Óleo / GNL	Em operação	Resolução n. 733	24/10/2006	24/10/2036	16/11/2006
New Energy Options Geração de Energia S.A. (Parque Alegria I)	Eólica	Em operação	Resolução n. 663	26/12/2001	30/12/2031	30/12/2010
New Energy Options Geração de Energia S.A. (Parque Alegria II)	Eólica	Em operação	Resolução n. 662	26/12/2001	30/12/2031	30/12/2011
Termelétrica Itapebi S.A.	Óleo	Outorga revogada				
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	Óleo	Outorga revogada				
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	Óleo	Outorga revogada				
Termelétrica Termopower V S.A.	Óleo	Outorga revogada				
Termelétrica Termopower VI S.A.	Óleo	Outorga revogada				

Cumprimento de obrigações contratuais de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2015, pelo não cumprimento de obrigações condicionadas no 1º Aditivo ao contrato de reorganização financeira da Multiner S.A., o saldo devedor no passivo não circulante no montante de R$ 246.007 e R$ 255.821 (em 31/12/2014) foi contabilizado em sua totalidade no passivo circulante. As conversões de CCB's (Cédula de Crédito Bancário) para capital social, deverão ser cumpridas, visto que se trata de um projeto viável para seus

investidores. A Diretoria da Companhia está atuando fortemente junto aos seus credores para realizar o reperfilamento de dívidas já vencidas, com intuito de equacionar a estrutura do endividamento.

Continuidade operacional

A Companhia apresenta capital circulante negativo em virtude de seu endividamento ter sido reclassificado para o curto prazo, em razão de pendência de aditamento da documentação, mas que não refletem em compromisso de caixa de curto prazo. O endividamento da Companhia foi preponderantemente contratado com partes relacionadas, as quais acordaram por meio do Primeiro Aditivo ao Contrato de Reorganização e de Financiamento de 14 de julho de 2014 a converter parcela significativa do endividamento das controladas da Companhia em capital de Mesa S.A. ou de Multiner S.A., e alongar as amortizações para o longo prazo. Considerando estes ajustes, a Companhia passará a deter capital circulante positivo.

As principais controladas da Companhia são empresas operacionais, que possuem contratos firmados de compra e venda de energia elétrica de longo prazo. Dessa forma, a Companhia entende que seu risco de descontinuidade é remoto, não havendo nenhuma obrigação relevante no curto prazo com efeito caixa fora as obrigações com partes relacionadas.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

b) Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, designados pelo valor justo por meio de resultado.

Todos os valores apresentados nas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas demonstrações financeiras podem não perfazer precisamente os totais apresentados.
Os dados quantitativos, tais como volumes e números de unidades consumidoras, não foram objeto de revisão dos auditores independentes.

Reapresentação de saldos comparativos

Multiner S.A.
Balanço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014
(Em milhares de Reais)

	Controladora				Consolidado			
Ativo	**31/12/2014 Reapresentado**	**Correção de erro**	**Ref.**	**31/12/2014 Auditado**	**31/12/2014 Representado**	**Correção de erro**	**Ref.**	**31/12/2014 Auditado**
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	2.289	(141.503)	**(d)**	143.792	3.306	(141.504)	**(d)**	144.810
Depósitos vinculados - contas reserva	-	-		-	-	-		-
Contas a receber	-	-		-	153.379	-		153.379
Impostos a recuperar	2.095	2.095	**(e)**	-	11.190	163	**(e)**	11.027
Arrendamento financeiro	-	-		-	12.539	(344)	**(f)**	12.883
Estoque de peças	-	-		-	7.763	7.763	**(f)**	-
Bens disponíveis para a venda	-	-		-	147	-		147
Despesas antecipadas	108	-		108	419	-		419
Adiantamento a fornecedores	934	7		927	1.174	235	**(a)**	939
Outros créditos ativo CP	-	(3)		3	303	(231)	**(a)**	534
Total ativo circulante	5.426	(139.404)		144.830	190.220	(133.918)		324.138
Não circulante								
Impostos a recuperar	-	(2.106)	**(e)**	2.106	39.132	-		39.132
Arrendamento financeiro	-	-		-	206.864	15.734	**(f)**	191.130
Depositos judiciais	179	-		179	255	-		255
Impostos diferidos	-				-	(20.351)	**(g)**	20.351
Partes relacionadas	572.774	192.488	**(d)**	380.286	472.136	95.329	**(d)**	376.807
Outros créditos ativo LP	20	20	**(a)**	-	20	20	**(a)**	-
Adiantamentos a fornecedores	103	(19)	**(a)**	122	2.769	(19)	**(a)**	2.788
					-	-		-
Intangível	325	-		325	181.025	(37.761)	**(b)**	218.786
Investimento	57.039	(50.657)	**(b)**	107.696	-	(14.737)	**(b)**	14.737
Imobilizado	254	-		254	26.062	-		26.062
Propriedade para investimento	5.298	-		5.298	5.298	-		5.298
Total ativo não circulante	635.992	139.726		496.266	933.561	38.215		895.346
Total ativo	**641.418**	**322**		**641.096**	**1.123.781**	**(95.703)**		**1.219.484**

Multiner S.A.
Balanço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014
(Em milhares de Reais)

	Controladora				Consolidado			
Passivo	**31/12/2014 Representado**	**Correção de erro**	**Ref.**	**31/12/2014 Auditado**	**31/12/2014 Representado**	**Correção de erro**	**Ref.**	**31/12/2014 Auditado**
Circulante								
Empréstimos e financiamentos	-	-		-	435.719	275.257	(l)	160.462
Debêntures	13.695	-		13.695	13.695	-		13.695
Fornecedores	1.046	-		1.046	226.625	62.597	(m)	164.028
Obrigações sociais e trabalhistas	515	-		515	672	-		672
Obrigações tributárias	22.116	21.708	(j)	408	36.173	23.484	(j)	12.689
Outras obrigações	-	-		-	791	-		791
Provisão passivo a descoberto	182.492	6.803		175.689	31.558	29.739		1.819
Total passivo circulante	219.864	28.511		191.353	745.233	391.077		354.156
Passivo não circulante								
Fornecedores	-	-		-	3.373	(1)		3.374
Obrigações tributárias	-	-		-	15.545	-		15.545
Impostos diferidos	-	-		-	-	(44.896)	(g)	44.896
Provisão para contingências	1.564	-		1.564	1.564	(33.606)	(m)	35.170
Partes relacionadas	64.635	2.137	(c)	62.498	11	1		10
Empréstimos e financiamentos	-	-		-	-	(376.704)	(l)	376.704
Outras obrigações	4	1		3	3.954	1		3.953
Total passivo não circulante	66.203	2.138		64.065	24.447	(455.205)		479.652
Patrimônio líquido								
Capital social	855.811	-		855.811	855.811	-		855.811
Reserva de capital	543.916	-		543.916	543.916	-		543.916
Prejuízos acumulados	(1.044.376)	(30.327)		(1.014.049)	(1.044.376)	(30.327)		(1.014.049)
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores	355.351	(30.327)		385.678	355.351	(30.327)		385.678
Acionistas não controladores	-	-		-	(1.250)	(1.248)		(2)
Total do patrimônio líquido	355.351	(30.327)		385.678	354.101	(31.575)		385.676
Total do passivo e patrimônio líquido	641.418	322		641.096	1.123.781	(95.703)		1.219.484

Multiner S.A.
Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014
(Em milhares de Reais)

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2014 Representado	Correção de erro	Ref.	31/12/2014 Auditado	31/12/2014 Representado	Correção de erro	Ref.	31/12/2014 Auditado
Receita operacional bruta	-	-		-	125.302	125.302		-
Deduções da receita operacional bruta	-	-		-	(71.103)	(71.103)		-
Receita operacional líquida	-	-		-	54.199	2.607	(a)	51.592
Custo dos serviços	-	-		-	(24.541)	(3.151)	(a)	(21.390)
Lucro bruto	**-**	**-**		**-**	**29.658**	**(544)**		**30.202**
Receitas (despesas) operacionais								
Gerais e administrativas	(13.021)	(1.641)	(a)	(11.380)	(39.111)	(8.706)	(a)	(30.405)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(18.789)	2.393	(a)	(21.182)	(31.408)	22.970	(a)	(54.378)
Resultado de equivalência patrimonial	(143.552)	(42.443)		(101.109)	(47.080)	(10.071)		(37.009)
Total receitas (despesas) operacionais	(175.362)	(41.691)		(133.671)	(117.599)	4.193		(121.792)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	**(175.362)**	**(41.691)**		**(133.671)**	**(87.941)**	**3.649**		**(91.590)**
Despesas financeiras	(26.900)	1.611	(j)	(28.511)	(127.049)	(18.631)	(j)	(108.418)
Receitas financeiras	58.492	13.331	(j)	45.161	67.037	(8.783)	(j)	75.820
Receitas (despesas) financeiras líquidas	31.592	14.942		16.650	(60.012)	(27.414)		(32.598)
Resultado antes dos impostos	**(143.770)**	**(26.749)**		**(117.021)**	**(147.953)**	**(23.765)**		**(124.188)**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.462)	(1.462)		-	(1.462)	(1.462)		-
Imposto de renda e contribuição social diferido	14.113	-		14.113	17.614	(3.664)		21.278
Prejuízo líquido do exercício	**(131.119)**	**(28.211)**		**(102.908)**	**(131.801)**	**(28.891)**		**(102.910)**
Prejuízo do exercício atribuído aos sócios não controladores	-	-		-	682	684		(2)
Prejuízo do exercício atribuído aos sócios controladores						102.908		(102.908)
	(131.119)	**(28.211)**		**(102.908)**	**(131.119)**	**(28.891)**		**(102.910)**

(a) Com o intuito de alinhar o critério de apresentação com as melhores práticas das Companhias do setor elétrico, a Companhia reclassificou os saldos de importação em andamento.

(b) Do montante de ajuste em investimento, o saldo de R$ 34.677 é referente a reversão do ágio por compra vantajosa da 2007PP em 2011, porém, em 2012 o saldo foi revertido na contabilidade. É vedada pelo CPC 01 (R1) (CPC, 2010, p. 38) a reversão de perda por *impairment* de *goodwill* e de ativos intangíveis de vida útil indefinida. Dessa maneira, havendo uma reversão de perda relativa a unidade geradora de caixa a qual esteja alocado por expectativa de rentabilidade futura, não se reverterá a parte referente ao *goodwill* baixado anteriormente. A diferença de R$ 15.980 na controladora refere-se ao ajuste na equivalência patrimonial nas investidas Companhia Energética Uruguai e New Energy, sobre os ajustes de juros e IOF sobre mútuos, conforme mencionado na nota de reapresentação (c).

(c) Anteriormente, a Companhia o efetuava cálculo do IOF diário somente sobre o saldo principal e não capitalizava o IOF que a mutuante pagava. Desta forma, foi realizado o recálculo dos juros e IOF desde janeiro de 2013 e registrado.

(d) O montante de R$ 141.504 refere-se aos CCBs de titularidade da Multiner com as investidas New Energy e RAESA, a Companhia reclassificou para Partes Relacionadas para melhor apresentação dos saldos. A diferença entre o saldo reclassificado e o valor

apresentado de R$ 50.985 na controladora e R$ 46.175 no consolidado (R$ 141.503 menos R$ 192.488 na controladora e R$ 141.503 menos R$ 95.329 no consolidado) encontra-se explicado na nota de reapresentação (c).

(e) O montante de R$ 2.106 na controladora, no ativo não circulante, foi reclassificado para o circulante. A diferença de R$ 11 na controladora e R$ 163 no consolidado refere-se aos ajustes realizados conforme a reapuração dos impostos desde janeiro de 2013.

(f) Anteriormente, a Companhia praticava uma taxa de desconto do qual não foi identificado histórico. O percentual para a TIR (Taxa Interna de Retorno) era de 10,79% e considerava o valor atualizado da receita, desta forma, a receita financeira era carregado por duplicidade de atualização. Outro ponto identificado é que a Companhia não considerava os custos fixos para fins de cálculo. Para chegar ao valor presente, foi elaborado o cálculo da TIR através de pagamentos futuros, reduzindo a atualização monetária e os custos fixos. Desta forma, chegou-se ao percentual de 7%. Adicionalmente, reclassificou-se os valores que estavam na rubrica de diferido, pois referem-se a capitalização de juros e IOF no momento da conversão a gás da Usina RAESA. Sendo assim, o valor deveria ser adicionado ao arrendamento e amortizado pelo prazo do contrato de suprimentos. Realizou-se os estornos das amortizações ocorridas até 30 de junho de 2016, considerando assim, somente o ajuste de amortização, conforme recálculo. Segue abaixo a reconciliação dos saldos:

	Consolidado
Reclassificação para estoque	(7.763)
Receita financeira com novo cálculo	(5.387)
Amortização com novo cálculo	(3.423)
Reclassificação de diferido para arrendamento	39.081
Outros	645
Total dos ajustes	**23.153**

(g) Não foi identificado evidências para a contabilização dos valores referente a impostos diferidos ativos e passivos na Controladora e no Consolidado, tão pouco a existência de diferenças temporárias nas apurações de impostos. Desta forma, o montante remanescente foi baixado. A reconciliação do saldo ajustado é a seguinte:

	Consolidado
Ajuste imposto diferido ativo 2007PP ágio	43.080
Ajuste imposto diferido passivo 2007PP ágio	1.816
Ajuste imposto diferido ativo Multiner ágio	(1.096)
Ajuste imposto diferido passivo RAESA Leasing	(19.255)
Total dos ajustes	**24.545**

(j) Segue abaixo a reconciliação dos saldos:

	Controladora	Consolidado	
Imposto sobre operação financeira - IOF	3.481	1.303	*(i)*
Juros passivos sobre mútuos	(229)	(6.263)	*(i)*
Juros e multas fiscais	(1.607)	(13.159)	*(i)*
Outros	(34)	(512)	
Total dos ajustes	**1.611**	**(18.631)**	

	Controladora	Consolidado	
Receita de aplicação financeira	(17.905)	(17.905)	*(i)*
Juros ativos sobre mútuos	31.236	9.122	*(i)*
Total dos ajustes	**13.331**	**(8.783)**	

(i) Refere-se ao recálculo dos mútuos, conforme mencionado na nota explicativa de reapresentação (c)

Multiner S.A.
Balanço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de Reais)

	Controladora				Consolidado			
Ativo	**31/12/2015 Reapresentado**	**Correção de erro**	**Ref.**	**31/12/2015 Auditado**	**31/12/2015 Reapresentado**	**Correção de erro**	**Ref.**	**31/12/2015 Auditado**
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	676	(1)		677	706	(1)		707
Depósitos vinculados - contas reserva	-	-		-	-	-		-
Contas a receber	-	-		-	145.964	-		145.964
Impostos a recuperar	1.904	1.904	**(e)**	-	11.325	386	**(e)**	10.939
Arrendamento financeiro	-	-		-	13.396	(1.190)	**(f)**	14.586
Estoque de peças	-	-		-	16.062	16.062	**(f)**	-
Bens disponíveis para a venda	-	-		-	147	-		147
Despesas antecipadas	123	-		123	572	-		572
Adiantamento a fornecedores	1.135	6		1.129	1.367	45	**(h)**	1.322
Outros créditos ativo CP	-	(1)		1	2.134	1.646	**(h)**	488
Total ativo circulante	3.838	1.908		1.930	191.673	16.948		174.725
Não circulante								
Impostos a recuperar	-	(2.134)	**(e)**	2.134	43.696	(63)	**(e)**	43.759
Arrendamento financeiro	-	-		-	193.468	7.076	**(f)**	186.392
Depositos judiciais	212	-		212	286	-		286
Impostos diferidos	-				-	(17.960)	**(g)**	17.960
Partes relacionadas	628.486	75.034	**(c)**	553.452	515.529	48.852	**(c)**	466.677
Outros créditos ativo LP	20	20	**(a)**	-	20	20	**(a)**	-
Adiantamentos a fornecedores	103	(19)	**(a)**	122	742	(19)	**(a)**	761
					-			
Intangível	264	-		264	169.721	(36.739)	**(b)**	206.460
Investimento	57.484	(36.385)	**(b)**	93.869	-	-		-
Imobilizado	154	-		154	27.978	-		27.978
Propriedade para investimento	5.298	-		5.298	5.298	-		5.298
Total ativo não circulante	692.021	36.516		655.505	956.738	1.167		955.571
Total ativo	**695.859**	**38.424**		**657.435**	**1.148.411**	**18.115**		**1.130.296**

Multiner S.A.
Balanço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de Reais)

	Controladora				Consolidado			
Passivo	**31/12/2015 Reapresentado**	**Correção de erro**	**Ref.**	**31/12/2015 Auditado**	**31/12/2015 Reapresentado**	**Correção de erro**	**Ref.**	**31/12/2015 Auditado**
Circulante								
Empréstimos e financiamentos	-	-		-	492.965	266.880	(l)	226.085
Debêntures	16.565	-		16.565	16.565	-		16.565
Fornecedores	1.587	435	(i)	1.152	273.182	105.000	(m)	168.182
Obrigações sociais e trabalhistas	562	-		562	710	-		710
Obrigações tributárias	32.852	31.738	(j)	1.114	47.691	34.566	(j)	13.125
Outras obrigações	31	21	(a)	10	2.684	1.716	(m)	968
Provisão passivo a descoberto	371.243	101.794		269.449	101.846	56.310		45.536
Total passivo circulante	**422.840**	**133.988**		**288.852**	**935.643**	**464.472**		**471.171**
Passivo não circulante								
Fornecedores	-	-		-	3.374	-		3.374
Obrigações tributárias	99	-		99	7.165	-		7.165
Impostos diferidos	-	-		-	-	(38.910)	(g)	38.910
Provisão para contingências	1.157	-		1.157	471	(44.563)	(m)	45.034
Partes relacionadas	72.316	3.651	(c)	68.665	10	-		10
Empréstimos e financiamentos	-	-		-	-	(261.320)	(l)	261.320
Outras obrigações	5	1		4	4.659	(1)		4.660
Total passivo não circulante	**73.577**	**3.652**		**69.925**	**15.679**	**(344.794)**		**360.473**
Patrimônio líquido								
Capital social	855.828	-		855.828	855.828	-		855.828
Reserva de capital	543.916	-		543.916	543.916	-		543.916
Prejuízos acumulados	(1.200.302)	(99.216)		(1.101.086)	(1.200.302)	(99.216)		(1.101.086)
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores	199.442	(99.216)		298.658	199.442	(99.216)		298.658
Acionistas não controladores	-	-		-	(2.353)	(2.347)		(6)
Total do patrimônio líquido	199.442	(99.216)		298.658	197.089	(101.563)		298.652
Total do passivo e patrimônio líquido	**695.859**	**38.424**		**657.435**	**1.148.411**	**18.115**		**1.130.296**

Multiner S.A.
Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de Reais)

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2015 Reapresentado	Correção de erro	Ref.	31/12/2015 Auditado	31/12/2015 Reapresentado	Correção de erro	Ref.	31/12/2015 Auditado
Receita operacional bruta	-	-		-	129.637	129.637	(a)	-
Deduções da receita operacional bruta	-	-		-	(72.282)	(72.282)	(a)	-
Receita operacional líquida	-	-		-	57.355	3.997	(a)	53.358
Custo dos serviços	-	-		-	(22.941)	(3.844)	(a)	(19.097)
Lucro bruto	**-**	**-**		**-**	**34.414**	**153**		**34.261**
Receitas (despesas) operacionais								
Gerais e administrativas	(13.789)	(3.360)	(n)	(10.429)	(29.541)	1.910	(a)	(31.451)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	640	3.313	(a)	(2.673)	(10.045)	1.611	(a)	(11.656)
Resultado de equivalência patrimonial	(194.281)	(82.342)		(111.939)	(70.284)	(11.830)		(58.454)
Total receitas (despesas) operacionais	(207.430)	(82.389)		(125.041)	(109.870)	(8.309)		(101.561)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	**(207.430)**	**(82.389)**		**(125.041)**	**(75.456)**	**(8.156)**		**(67.300)**
Despesas financeiras	(16.071)	33		(16.104)	(150.730)	(44.429)		(106.301)
Receitas financeiras	79.514	17.184		62.330	81.097	(10.097)		91.194
Receitas (despesas) financeiras líquidas	63.443	17.217		46.226	(69.633)	(54.526)		(15.107)
Resultado antes dos impostos	**(143.987)**	**(65.172)**		**(78.815)**	**(145.089)**	**(62.682)**		**(82.407)**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(11.939)	(3.717)		(8.222)	(11.939)	(3.711)		(8.228)
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-		-	-	(3.594)		3.594
Prejuízo líquido do exercício	**(155.926)**	**(68.889)**		**(87.037)**	**(157.028)**	**(69.987)**		**(87.041)**
Prejuízo do exercício atribuído aos sócios não controladores	-	-		-	1.102	1.106		(4)
Prejuízo do exercício atribuído aos sócios controladores					-	87.037		(87.037)
	(155.926)	**(68.889)**		**(87.037)**	**(155.926)**	**(69.987)**		**(87.041)**

(a) Com o intuito de alinhar o critério de apresentação com as melhores práticas das Companhias do setor elétrico, a Companhia reclassificou os saldos de adiantamento ao fornecedor Plano Imobiliária.

(b) Do montante de ajuste em investimento, o saldo de R$ 34.677 é referente a reversão do ágio por compra vantajosa da 2007PP em 2011, porém, em 2012 o saldo foi revertido na contabilidade. É vedada pelo CPC 01 (R1) (CPC, 2010, p. 38) a reversão de perda por *impairment* de *goodwill* e de ativos intangíveis de vida útil indefinida. Dessa maneira, havendo uma reversão de perda relativa a unidade geradora de caixa a qual esteja alocado por expectativa de rentabilidade futura, não se reverterá a parte referente ao *goodwill* baixado anteriormente. A diferença de R$ 1.708 na controladora refere-se ao ajuste na equivalência patrimonial da investida Termelétrica Monte Pascoal S.A e R$ 445 no conciliado refere-se ao ajuste realizado na investida Companhia Energética Uruguai, sobre os ajustes de juros e IOF sobre mútuos, conforme mencionado na nota de reapresentação (c).

(c) Anteriormente, a Companhia o efetuava cálculo do IOF diário somente sobre o saldo principal e não capitalizava o IOF que a mutuante pagava. Desta forma, foi realizado o recálculo dos juros e IOF desde janeiro de 2013 e registrado.

(e) O montante de R$ 1.904 na controladora e R$ 386 no consolidado, no ativo não circulante, foram reclassificados para o circulante. A diferença de R$ 2.134 na

controladora e R$ 63 no consolidado referem-se aos ajustes realizados conforme a reapuração dos impostos desde janeiro de 2013.

(f) Anteriormente, a Companhia praticava uma taxa de desconto do qual não foi identificado histórico. O percentual para a TIR (Taxa Interna de Retorno) era de 10,79% e considerava o valor atualizado da receita, desta forma, a receita financeira era carregado por duplicidade de atualização. Outro ponto identificado é que a Companhia não considerava os custos fixos para fins de cálculo. Para chegar ao valor presente, foi elaborado o cálculo da TIR através de pagamentos futuros, reduzindo a atualização monetária e os custos fixos. Desta forma, chegou-se ao percentual de 7%. Adicionalmente, reclassificou-se os valores que estavam na rubrica de diferido, pois referem-se a capitalização de juros e IOF no momento da conversão a gás da Usina RAESA. Sendo assim, o valor deveria ser adicionado ao arrendamento e amortizado pelo prazo do contrato de suprimentos. Realizou-se os estornos das amortizações ocorridas até 30 de junho de 2016, considerando assim, somente o ajuste de amortização, conforme recálculo. Segue abaixo a reconciliação dos saldos:

	Consolidado
Reclassificação para estoque	(16.062)
Receita financeira com novo cálculo	(40.809)
Amortização com novo cálculo	22.339
Reclassificação de diferido para arrendamento	40.418
Total dos ajustes	**5.886**

(g) Não foi identificado evidências para a contabilização dos valores referente a impostos diferidos ativos e passivos na Controladora e no Consolidado, tão pouco a existência de diferenças temporárias nas apurações de impostos. Desta forma, o montante remanescente foi baixado. A reconciliação do saldo ajustado é a seguinte:

	Consolidado
Ajuste imposto diferido ativo 2007PP ágio	43.080
Ajuste imposto diferido passivo 2007PP ágio	1.816
Ajuste imposto diferido ativo Multiner ágio	(1.096)
Ajuste imposto diferido passivo RAESA Leasing	(19.255)
Ajuste amortização imposto diferido passivo RAESA Leasing	(3.595)
Total dos ajustes	**20.950**

(h) O montante de R$ 45 foi reclassificado de outros ativos para adiantamento a fornecedores. A diferença do ajuste na conta de outros ativos de R$ 1.646 mais o montante reclassificado de R$ 45, somando R$ 1.691 refere-se a provisão de CUST (Contrato do Uso do Sistema de Transmissão).

(i) O montante de R$ 435 refere-se a contabilizações realizada através de teste de eventos subsequentes. Todas as notas fiscais que foram emitidas até o momento da emissão do parecer da auditoria dos quais foram de competência do exercício de 2015 foram contabilizadas em 2015.

(j) O montante de R$ 31.738 na controladora e R$ 34.566 no consolidado referem-se a ajuste de IOF sobre o recalculo de mútuos, conforme descrito na nota de reapresentação (c) e ajuste de Imposto de renda pessoal jurídica e Contribuição social sobre o lucro líquido em consequência da modificação do resultado.

(l) O montante de R$ 261.320 de empréstimos e financiamentos referem-se a CCBs (Cédula de Crédito Bancário) dos quais foram reclassificadas para o circulante em decorrência da quebra de *covenants*, conforme mencionado na nota explicativa nº1. A diferença da reclassificação de R$ 261.320 para o saldo registrado no circulante de R$ 266.880, no montante de R$ 5.560 refere-se ao recálculo dos CCBs das investidas New Energy e RAESA.

(m) A diferença do montante reclassificado em fornecedores refere-se a provisão para contingência de R$ 44.563, pois a época o valor registrado foi R$ 33.414; provisão de juros do fornecedor Petrobrás confor contrato vigente na época; e reclassificação para outras obrigações.

	Consolidado
Reclassificado de fornecedores para outros passivos	1.685
Reclassifcado de provisão para contingência para fornecedores	33.414
Refere-se a provisionamento do juros da Petrobrás, conforme determinação do contrato	68.640
Outros	1.261
Total dos ajustes	**105.000**

(n) Entre os ajustes efetuados no montante de R$ 3.360, o valor de R$ 433 refere-se a PIS e COFINS e R$ 859 a IOF conforme mencionado na nota de reapresentação (c). O saldo remanescente dos ajustes, no valor de R$ 2.068 é referente as notas fiscais dos quais referem-se à competência de 2015 e foram emitidas em 2016.

c) Moeda funcional, conversão de saldos e transação em moeda estrangeira

(i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

(ii) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços.

d) Critérios de consolidação

Investimento em entidades controladas

A Companhia realiza a consolidação das empresas relacionadas a seguir:

	Participação acionária	
	2015	2014
2007 Participações S.A.	99,00%	99,00%
Termelétrica Itapebi S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Termopower V S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Termopower VI S.A.	100,00%	100,00%

As demonstrações financeiras consolidadas do período findo em 31 de dezembro de 2015 incluem as operações da Companhia e das controladas listadas acima. Entre os principais ajustes de consolidação estão:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas controladora e controladas, assim como as receitas e despesas das suas transações.

- Eliminação das participações no capital e lucro (prejuízo) do período das empresas controladas. O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Controladas em conjunto

Apesar da Multiner possuir a maior parte das ações com direito a voto na New Energy Options Geração de Energia S.A. - NEO e na Companhia Energética do Uruguai – CEU, a Multiner não tem o poder de governar de forma independente as políticas financeiras e operacionais das investidas em razão de acordo firmado com os demais investidores. Consequentemente, a Companhia passou a aplicar o CPC 18, CPC 36 e ICPC 09 – Nova redação – que estabelece a contabilização de investimentos em controladas e coligadas, e define os requisitos para aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas,

em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

	Participação acionária	
	2015	2014
Companhia Energética do Uruguai S.A. – CEU	71,00%	71,00%
New Energy Options Geração de Energia S.A. - NEO	80,00%	80,00%

e) Políticas contábeis e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras e consolidadas de acordo com as normas brasileiras de contabilidade exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas. As estimativas e premissas que possam provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício financeiro estão divulgadas abaixo.

f) Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalentes de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual de receber caixa ou outro instrumento financeiro, direito contratual de troca de ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade sob condições potencialmente favoráveis para a entidade, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade sob determinadas condições. Os principais ativos financeiros da Companhia e suas controladas são:

(a) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aqueles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica “Depósito vinculado”.

Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo. Os juros e correção monetária, contratados nas aplicações financeiras, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo dessas aplicações financeiras são reconhecidas em conta específica do

patrimônio líquido, quando incorridas. Eventuais provisões para redução ao provável valor de recuperação são registradas no resultado. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização.

(b) Contas a receber

A Companhia e suas controladas classificam os saldos de Contas a receber como instrumentos financeiros "empréstimos e recebíveis". Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva ("custo amortizado") e podem ser reduzidos por ajustes de créditos de liquidação duvidosa. Os saldos de contas a receber incluem valores referentes a faturas emitidas pelo suprimento de energia e créditos relativos a conta de consumo de combustível – CCC.

(c) Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são analisados anualmente para identificar eventuais mudanças que possam indicar redução no seu provável valor de recuperação (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento de maneira significativa ou prolongada.

(d) Baixa de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas baixam seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia e suas controladas mantenham substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, elas mantêm esse ativo financeiro e reconhecem um passivo por eventuais montantes recebidos na transação.

(i) Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia e suas controladas classificam os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas e outras contas a pagar.

a. *Provisão para contingências*

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais. Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

b. *Imobilizado*

c. *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

Os saldos de imobilizado referem-se a ativos pertencentes à Multiner e às seguintes empresas controladas pela Companhia: Monte Pascoal, Itapebi, Pernambuco IV, Termopower V e Termopower VI cujos valores estão com provisão de perda de recuperabilidade.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. As vidas úteis estimadas e as taxas de depreciação

dos itens do ativo imobilizado, estão de acordo com a Resolução Normativa da ANEEL – Agencia Nacional de Energia Elétrica nº 474 de janeiro de 2012.

Ajuste ao provável valor recuperável

O imobilizado, investimentos e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas no valor recuperável, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

d. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento.

e. Imposto de renda e contribuição social

(i) *Imposto de Renda e contribuição social corrente*

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações trimestrais e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Na determinação do imposto de renda a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada na avaliação de diversos

fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação tem por base estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

(ii) Imposto de Renda e contribuição social diferido

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias existentes na data do balanço entre os valores contábeis e bases fiscais de ativos e passivos.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requerem uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Na medida em que se torne provável haver lucros tributáveis futuros suficientes, a Companhia reconhece um acréscimo no imposto diferido ativo proporcionalmente a esses lucros.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo fiscal corrente contra o passivo fiscal corrente.

f. Reconhecimento de receita das controladas

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas Demonstrações de Resultado. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue

para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

g. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A Companhia não possui ativos intangíveis de vida útil indefinida, para os quais seriam requeridos a realização de teste de recuperabilidade.

O principal ativo intangível da Companhia é o ágio resultante na aquisição de controladas.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

h. Propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a Companhia deve escolher o método de mensuração desta propriedade. A Companhia decidiu reconhecer suas propriedades a custo de acordo como CPC 27 – Ativo Imobilizado.

i. Capital Social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

Classificado como patrimônio líquido, as ações preferenciais, não possuem direito a voto, têm direito a um dividendo mínimo de 10% superior aos atribuídos a detentores de ações ordinárias e possuem prioridade, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia no reembolso de sua parcela do capital social.

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, em caso de lucro, são reconhecidos como passivo.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015 Reapresentado	**31/12/2014 Reapresentado**	**31/12/2015 Reapresentado**	**31/12/2014 Reapresentado**
Caixa	3	1	3	1
Bancos	4	520	31	1.533
Aplicações Financeiras (i)	669	1.768	672	1.772
Total	676	2.289	706	3.306

(i) As aplicações financeiras estão concentradas em Certificados de Depósito Bancário - CDB e Fundos de Investimento de renda fixa e são remuneradas a taxas atreladas ao CDI - Certificado de Depósito Interfinanceiro, sendo resgatáveis a qualquer momento sem perda de rendimento com o próprio emissor.

4 Contas a receber

	Consolidado	
	31/12/2015 Reapresentado	**31/12/2014 Reapresentado**
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. – RAESA (i)	23.095	21.491
(-)Glosa de receita	(420)	-
Conta de Consumo de Combustível – CCC (ii)	123.289	131.888
Total	145.964	153.379

(i) O saldo refere-se a venda de energia com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A., registrado na controlada RAESA. O montante de R$ 23.095 em 31 de dezembro de 2015 (R$ 21.491 em 31 de dezembro de 2014) é composto por:

	Consolidado	
	31/12/2015 Reapresentado	**31/12/2014 Reapresentado**
Faturamento Potência Contratada	18.507	17.172
Faturamento O&M	4.588	4.319
Total	23.095	21.491

(ii) O montante de R$ 123.289 (R$ 131.888 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a conta CCC – ISOL (conta consumo de combustível isolado), controlada pela Eletrobrás S.A., que efetua o pagamento do combustível utilizado pela RAESA diretamente à Petrobras Distribuidora, com o objetivo de possibilitar a cobertura de percentuais pré-estabelecidos do custo do combustível utilizado pelas usinas termelétricas por meio de contribuições mensais realizadas por todos os agentes do setor elétrico que comercializam energia elétrica com consumidores finais.

O mandado de segurança foi impetrado, tendo sido julgado procedente, para o fim de, afastando a incidência das Resoluções normativas 347/2009 e 427/2011 da ANEEL, determina à ANEEL o reembolso de combustível adquirido pela RAESA da Petrobrás Distribuidora com base nos valores constantes em Nota Fiscal.
A Procuradoria emitiu parecer com força executória, determinando o imediato cumprimento da decisão, e esclarecendo sua eficácia: "o reembolso dos valores judicialmente reconhecidos à Rio Amazonas Energia S.A. deve ser realizado a partir da data de 4 de setembro de 2009"

5 Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015 Reapresentado	**31/12/2014 Reapresentado**	**31/12/2015 Reapresentado**	**31/12/2014 Reapresentado**
Marine Power International (i)	-	-	-	-
Wartsila Switzerland (i)	-	-	180	2.019
Marine Motor Service (i)	-	-	-	-
International Chamber Of Com.Process.	625	425	-	-
Nova Energia Serviços Ltda	450	-	450	450
Global Marine Power LLC (i)	-	-	-	-
DUAP Industries (i)	-	-	-	-
Engevix Engenharia S.A.	103	-	103	103
Soenergy International (i)	-	-	-	-
Somax Ambiental & Acústica Ltda	-	-	522	522
Areva Transmissão de Energia	-	-	116	116
Outros	60	612	738	733
Total	1.238	1.037	2.109	3.943
Circulante	1.135	934	1.367	1.174
Não Circulante	103	103	742	2.769

(i) Referente a futuro fornecimento de peças, materiais e outros itens cuja utilização serão aplicadas em máquinas e equipamentos.

6 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015 Reapresentado	**31/12/2014 Reapresentado**	**31/12/2015 Reapresentado**	**31/12/2014 Reapresentado**
IRPJ (i)	50	-	31.899	26.868
CSLL (i)	11	-	10.996	10.482
IRRF	20	20	5.276	5.542
COFINS	1.278	1.485	4.500	5.242
PIS	276	321	977	1.138
IOF	269	269	347	346
Outros impostos a recuperar	-	-	1.026	704
Total	1.904	2.095	55.021	50.322
Circulante	1.904	2.095	11.325	11.190
Não Circulante	-	-	43.696	39.132

(i) Os saldos de IRPJ e CSLL, apresentados referem-se a retenções de impostos realizado na fonte das investidas Raesa e New Energy, relativo ao faturamento oriundo de 2009 até 2015. Esta retenção é reconhecida visto que este faturamento está vinculado a órgãos públicos. A Companhia está em processo de análise dos créditos para solicitar a restituição dos valores.

7 Partes relacionadas

(a) *Remuneração de pessoal-chave da administração*

De acordo com a Lei nº 6.404/76 e estatuto social da Companhia é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

O impacto da remuneração dos administradores da Companhia no resultado está apresentado no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015 Reapresentado	**31/12/2014 Reapresentado**	**31/12/2015 Reapresentado**	**31/12/2014 Reapresentado**
Administradores (pró-labore)	1.420	1.138	1.420	1.138
Conselho de administração e fiscal	808	763	808	763
Total	2.228	1.901	2.228	1.901

(b) ***Mútuos com partes relacionadas***

Saldos ativos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015 Reapresentado	31/12/2014 Reapresentado	31/12/2015 Reapresentado	31/12/2014 Reapresentado
Eólica Adm.e Part.Ltda	73.145	63.618	73.145	63.618
Cia Energética do Uruguai S.A.	13.604	11.761	13.604	11.761
Termelétrica Itapebi S.A.	11.527	11.662	-	-
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	1.668	2.101	-	-
2007 Participações S.A.	13	3	-	-
Termelétrica Santa Rita de Cássia S.A.	546	473	546	473
Termelétrica Trapiche I S.A.	44	38	44	38
Termelétrica Trapiche II S.A.	42	37	42	37
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	1.379	755	-	-
Termelétrica Termopower V S.A.	2.526	2.344	-	-
Termelétrica Termopower VI S.A.	819	1.308	-	-
Bolognesi Energia S.A. (i)	245.344	212.493	245.344	212.493
New Energy Options S.A.(ii)	108.521	119.903	108.521	119.903
Rio Amazonas Energia S.A.	95.025	82.465	-	-
Central Energética Palmeiras S.A.	49.246	42.579	49.246	42.579
Termelétrica Pernambuco III S.A.	25.037	21.234	25.037	21.234
Total	628.486	572.774	515.529	472.136

Saldos passivos:

	Controladora	
	31/12/2015 Reapresentado	31/12/2014 Reapresentado
Rio Amazonas Energia S.A.(ii)	72.316	64.635
Total	72.316	64.635

No consolidado, o saldo apresentado em 31 de dezembro de 2015 de R$ 10, bem como em 31 de dezembro de 2014 de R$ 11, refere-se a parte relacionada com a empresa Eólica Adm e Part Ltda.

(i) Ao decorrer dos exercícios de 2012 e 2013, a Multiner S.A. enviou recursos financeiros para Pernambuco III, com garantia fidejussória de Bolognesi Energia S.A., no valor de R$ 152.459, os quais foram aplicados na construção da Usina Termelétrica Pernambuco III. Em 22 de março de 2013, a Bolognesi Energia S.A. assumiu a dívida da Usina Termelétrica Pernambuco III com a Companhia, de modo a viabilizar a captação de recurso via emissão de debêntures. Em 2015, a aplicação do recurso foi objeto de auditoria pela BakerTilly, empresa contratada pelo FIP Multiner que validou a destinação dos recursos.

	31/12/2015 Reapresentado	31/12/2014 Reapresentado
Principal	152.459	152.459
Assunção de dívida	23.968	23.968
Juros e IOF	68.917	36.066
Total	245.344	212.493

Esse valor acrescido de juros deveria ter sido utilizado no momento da capitalização indireta da Mesa S.A., conforme cláusula 2.2.2.1 do 1º Aditivo ao contrato de reorganização e financiamento da Companhia., assinado em 14 de julho de 2014, desde que cumprida as condições prévias ali expostas, conforme descritas na nota explicativa nº 17b.

Cabe destacar ainda que, sobre o montante, há a incidência de Imposto sobre Operação Financeira (IOF), os quais são devidamente registrados e recolhidos.

A parcela relacionada a assunção de dívida corresponde ao passivo assumido por Bolognesi Energia. Valor este devido anteriormente pelos antigos controladores da Multiner, quando da aquisição da participação acionária da Companhia 44 de Negócios S.A., JABR Participações S.A. e Companhia de Investimento Resultado. Todas as obrigações foram objeto do Acordo de Investimento celebrado entre a Multiner, Fundo de Investimento em Participações e antigos controladores de Multiner.

(ii) O saldo no ativo refere-se a cédula de crédito bancário (CCBs) adquiridos no âmbito da reorganização financeira da Multiner. Os referidos CCB's possivelmente serão convertidos em capital social.

Reconhecimento de Juros Resultado:

(Despesa) - Receita

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015 Reapresentado	31/12/2014 Reapresentado	31/12/2015 Reapresentado	31/12/2014 Reapresentado
Bolognesi Energia S.A.	29.875	21.190	29.875	21.190
Eólica Adm.e Part.Ltda	8.508	6.230	8.508	6.230
Central Energética Palmeiras S.A.	5.985	2.182	5.985	2.182
New Energy Options S.A.	14.607	12.029	14.607	12.029
Termelétrica Pernambuco III S.A.	3.000	1.231	3.000	1.231
Cia Energética Uruguai - CEU	1.653	1.194	1.653	1.194
Rio Amazonas Energia S.A.	3.753	4.349	-	-
Termelétrica Itapebi S.A.	1.794	1.352	-	-
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	307	186	-	-
2007 Participações S.A.	1	1	-	-
Termelétrica Santa Rita de Cássia S.A.	67	48	67	48
Termelétrica Trapiche I S.A.	5	4	5	4
Termelétrica Trapiche II S.A.	5	4	5	4
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	108	80	-	-
Termelétrica Termopower V S.A.	332	241	-	-
Termelétrica Termopower VI S.A.	186	143	-	-
Total	70.186	50.464	63.705	44.112

Durante o exercício a Companhia manteve relação com a empresa D&B Assessoria e Participações Sociedade Simples, no montante de R$ 2.380 a qual tem como sócio Rodrigo Reck Dias, que também é sócio da empresa BRD Assessoria e Participações Ltda, que por sua vez, tem como um dos outros sócios, Ronaldo Marcelio Bolognesi, controlador da Bolognesi Energia S.A. e Multiner S.A.

8 Arrendamento financeiro a receber

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil e com a ICPC 03 - Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil, os equipamentos e edificações da controlada Rio Amazonas Energia S.A. (RAESA) se caracterizam como um arrendamento mercantil financeiro, considerando que o contrato de suprimento de energia, firmado com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A., se enquadra nos aspectos exigido pela norma contábil, remunerado pela taxa de retorno de 7%, de acordo com a projeção do valor presente dos recebimentos futuros, descontados dos custos fixos das usina. A seguir, os critérios utilizados para embasar como Leasing financeiro:

(i) A Amazonas Distribuidora de Energia S.A. possui capacidade operacional, porém, seu direito de exercê-lo só se dará após a efetiva transferência do empreendimento, ao final do contrato;

(ii) Ao final do período do contrato de 20 anos, o empreendimento será transferido para o arrendatário (Amazonas Distribuidora) sem qualquer indenização ou pagamento devido, e;

(iii) O contrato determina que a venda de energia produzida pelo empreendimento deve ser única e exclusivamente para a Amazonas Distribuidora de Energia S.A.

O valor reconhecido como arrendamento financeiro a receber é de:

	31/12/2015 Reapresentado	31/12/2014 Reapresentado
Leasing financeiro	206.864	219.403
Circulante	13.396	12.539
Não circulante	193.468	206.864

Os recebimentos mínimos futuros, a valor presente são os seguintes:

	31/12/2015 Reapresentado	31/12/2014 Reapresentado
Até 1 ano	13.396	12.539
Acima de 1 ano até 5 anos	82.024	76.782
Acima de 5 anos	111.444	130.082
Total	206.864	219.403

9 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento consistem de terrenos, no município de Sapeaçu, onde seriam instaladas as Termelétricas Monte Pascoal e Itapebi, cujas licenças de instalação e localização foram revogadas. Os terrenos estão localizados em Cabo de Santo Agostinho e na área rural de

Santa Rita no Estado da Paraíba. A Diretoria da Companhia ainda está avaliando a sua melhor utilização.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015 Reapresentado	31/12/2014 Reapresentado	31/12/2015 Reapresentado	31/12/2014 Reapresentado
Sapeaçu/BA	667	667	667	667
Cabo de Santo Agostinho/PE	2.029	2.029	2.029	2.029
Santa Rita/PB	2.602	2.602	2.602	2.602
Total	5.298	5.298	5.298	5.298

A Companhia efetuou um estudo, de acordo com o CPC 01, para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação (teste de *impairment*), desta forma, decidiu por manter estas propriedades avaliadas pelo custo.

10 Intangível

O intangível é composto pelo ágio na aquisição de investimentos permanentes e por gastos relativos a desenvolvimento de projetos que irão gerar valor econômico futuro para a Companhia, demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015 Reapresentado	31/12/2014 Reapresentado	31/12/2015 Reapresentado	31/12/2014 Reapresentado
Ágio proveniente de compra vantajosa (i)	-	-	57.039	57.039
Ágio expectativa de rentabilidade futura - goodwill (ii)	-	-	112.378	123.620
Projeto Iraí (iii)	254	254	254	254
Software	10	71	16	78
Obras de arte	-	-	34	34
Total	264	325	169.721	181.025

(i) Ágio proveniente de compra vantajosa:

A Multiner realizou projeções financeiras para as usinas Alegria I e II e a controladora da usina Rio Amazonas S.A., denominada 2007 Participações S.A.. As projeções consideraram diversos cenários econômicos. Tais estimativas levaram em consideração a receita pela venda de energia, de acordo com os contratos de compra e venda já celebrados, e os custos estimados para a construção e operação de tais usinas.

Considerando o valor presente dos fluxos de caixa, o ágio apurado foi de R$ 15.503 para Alegria I e II e R$ 76.206 para 2007 Participações S.A..

Anualmente, a Companhia realiza a análise de recuperabilidade dos ativos, através da análise dos fluxos de caixa descontado.
Desta forma, no exercício de 2011, a Companhia realizou uma baixa por falta de expectativa de recuperabilidade futura do valor recuperável no montante de R$ 34.671 referente ao ágio apurado na 2007 Participações S.A., que advém da usina Rio Amazonas S.A.

(ii) Ágio por expectativa de rentabilidade futura - goodwill:

Refere-se ao valor presente do contrato de compra de energia firmado entre a Rio Amazonas Energia S.A e Amazonas Distribuidora de Energia S.A., registrado nas demonstrações financeiras consolidadas em função da combinação de negócios.

(iii) Projeto Iraí:

Refere-se a 71% dos investimentos realizados pela Companhia Energética do Uruguai S.A. em estudos de revisão de inventário e de viabilidade técnico-econômica, para implantação de uma usina hidrelétrica a ser construída no rio Uruguai. Após a conclusão desses estudos, o mesmo será encaminhado à ANEEL para que seja realizado leilão para a concessão da construção e operação da usina. A Companhia está estudando maneiras de marcar o ativo para venda para recuperar os montantes já investidos no projeto.

11 Investimentos

(a) Controladora – Passivo (Provisão para perda de investimento)

A provisão para perda de investimento é composta pelo valor patrimonial líquido negativo das investidas na data de encerramento do período, conforme apresentado abaixo:

	2007 Participações	New Energy Options	Cia Energética Uruguai	Termelétrica Itapebi S.A.	Termelétrica Monte Pascoal S.A.	Termelétrica Pernambuco IV S.A.	Termelétrica Termopower V S.A.	Termelétrica Termopower VI S.A.	Total
Informações sobre a empresa em 31/12/15									
Ativo circulante	-	60.047	-	1.011	167	-	171	73	61.469
Ativo não circulante	112.379	929.227	11.132	23.264	5.075	5	-	-	1.081.082
Passivo circulante	306.698	273.376	1.185	43.713	1.415	610	7	8	627.012
Passivo não circulante	37.896	837.331	16.666	14.523	33.280	820	2.528	1.313	944.357
Resultado do periodo	(109.348)	(86.222)	(1.308)	(2.151)	(418)	(156)	(363)	(179)	(200.145)
Patrimonio liquido	**(232.215)**	**(121.435)**	**(6.719)**	**(34.408)**	**446**	**(1.425)**	**(2.361)**	**(1.314)**	**(399.430)**
Percentual de participação	99,00%	80,00%	71,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
Valor contábil do Investimento	**(229.818)**	**(97.147)**	**(4.770)**	**(34.408)**	**446**	**(1.425)**	**(2.361)**	**(1.314)**	**(370.797)**
Provisão para perda de investimento em 31/12/2013 Reapresentado	**(54.567)**	**17.941**	**(2.495)**	**2.058**	**(839)**	**(1.277)**	**(1.990)**	**(1.199)**	**(42.368)**
Aumento de Capital	5	-	-	2.880	256	56	87	145	3.427
Transferência (para ou de) passivo à descoberto			-		-	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	(67.001)	(46.112)	(968)	(29.252)	501	(131)	(337)	(252)	(143.552)
Provisão para perda de investimento em 31/12/2014 Reapresentado	**(121.563)**	**(28.171)**	**(3.462)**	**(24.315)**	**(82)**	**(1.352)**	**(2.241)**	**(1.307)**	**(182.493)**
Aumento de Capital	-	-	-	4.532	946	83	242	172	5.975
Transferência (para ou de) passivo à descoberto	-	-	-	-	(446)	-	-	-	(446)
Equivalência patrimonial	(108.255)	(68.977)	(1.308)	(14.626)	(418)	(155)	(362)	(179)	(194.280)
Provisão para perda de investimento em 31/12/2015 Reapresentado	**(229.818)**	**(97.147)**	**(4.770)**	**(34.408)**	**(0)**	**(1.425)**	**(2.361)**	**(1.314)**	**(371.243)**

(b) Consolidado – Provisão (Provisão para perda de investimento)

(i) Em 31 de dezembro de 2015, o saldo do consolidado refere-se a soma das investidas New Energy Options Geração de Energia S.A. no montante de (R$ 111.337) e Cia Energética Uruguai – CEU no montante de (R$ 4.770). Ambas empresas não consolidam por obter o controle compartilhado, conforme demonstrado em nota explicativa nº 2d.

(c) Controladora – Ativo

	New Energy Options	Termelétrica Itapebi S.A.	Termelétrica Monte Pascoal S.A.	Ágio por compra vantajosa	Total
Informações sobre a empresa em 31/12/15					
Ativo circulante	157.096	1.269	23		158.388
Ativo não circulante	786.534	22.530	5.075		814.139
Passivo circulante	336.794	41.853	2.285		380.932
Passivo não circulante	788.421	16.434	4.028		808.883
Resultado do período	(382.721)	(81)	(1.662)		(384.464)
Patrimonio líquido	**(181.585)**	**(34.489)**	**(1.216)**		**(217.290)**
Percentual de participação	80,000%	100,000%	100,000%		
Investimento em 31/12/2014	**-**	**(0)**		**57.039** (i)	**57.039**
Aumento de Capital	-			-	-
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Transferência (para ou de) passivo à descoberto	-	0	445	-	445
Investimento em 31/12/2015	**-**	**-**	**445**	**57.039** (i)	**57.484**

(i) Refere-se a ágio apurado na combinação de negócios, conforme mencionado na nota explicativa nº10 (i).

Comprometimento de capital

As eventuais garantias necessárias para que a investida New Energy Options Geração de Energia S.A. execute seu objeto social serão obtidas unicamente pela Multiner mediante garantia da outra acionista, Eólica Administração e Participação Ltda., proporcionalmente a sua participação no capital social. A Multiner também tem o compromisso de garantir empréstimos à Eólica quando for necessário realizar aumento de capital para fins de cumprimento do objeto social da investida, aportando em nome desta os recursos necessários.

A Multiner tem compromisso, firmado através de acordo de acionistas, de aportar o total de R$ 8.094 na Companhia Energética do Uruguai S.A. (CEU), dos quais R$ 7.026 já foram aportados. A Companhia entende que o aporte de R$ 1.068 restantes na CEU não será realizado, em função do objetivo de vender sua parte desse ativo e recuperar o valor já aportado.

12 Imobilizado

a) Composição do saldo

Controladora					
		31/12/2015 Reapresentado			31/12/2014 Reapresentado
Itens	Taxa de Depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	526	(526)	-	87
Máquinas e equipamentos	10,0% e 6,25%	20	(13)	7	10
Móveis e utensílios	6,25%	129	(73)	56	65
Instalações	10,0%	28	(20)	8	10
Equipamentos de informática e comunicação	16,67% e 6,25% respectivamente	307	(224)	83	82
	Total	**1.010**	**(856)**	**154**	**254**

Consolidado					
		31/12/2015 Reapresentado			31/12/2014 Reapresentado
Itens	Taxa de Depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Terrenos	0,0%	67	-	67	67
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	526	(526)	-	87
Edificações	-	15.875	-	15.875	13.859
Máquinas e equipamentos	10,0% e 6,25%	11.894	(13)	11.881	11.884
Móveis e utensílios	6,25%	139	(75)	64	73
Instalações	10,0%	28	(20)	8	10
Equipamentos de informática e comunicação	16,67% e 6,25% respectivamente	310	(227)	83	82
		28.839	**(861)**	**27.978**	**26.062**

O saldo do consolidado refere-se ao montante residual, após análise de *impairment*, de máquinas e equipamentos que foram adquiridos para as investidas que tiveram sua outorga revogadas.

b) Movimentação do imobilizado

	Controladora					
	Benfeitorias em imóveis de terceiros	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis e utensílios**	**Instalações**	**Equipamentos de informática e comunicação**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2014 Reapresentado	**87**	**-** **10**	**65**	**10**	**82**	**254**
Adições	102	-	-	-	22	124
Baixas	-	-	(1)	-	-	-
Depreciação	(189)	(2)	(8)	(3)	(21)	(224)
Saldo em 31 de dezembro de 2015 Reapresentado	**-**	**8**	**56**	**7**	**83**	**154**

	Consolidado							
	Terrenos	**Benfeitorias em imóveis de terceiros**	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis e utensílios**	**Instalações**	**Equipamentos de informática e comunicação**	**Edificações**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2014 Reapresentado	**67**	**87**	**11.371**	**25**	**10**	**29**	**14.473**	**26.062**
Adições	-	102	52.801	-	-	22	-	52.925
Baixas	-	-	(50.786)	(2)	-	-	-	(50.788)
Depreciação	-	(189)	(2)	(6)	(3)	(21)	-	(221)
Saldo em 31 de dezembro de 2015 Reapresentado	**67**	**-**	**13.384**	**17**	**7**	**30**	**14.473**	**27.978**

13 Estoque

	31/12/2015 Reapresentado	31/12/2014 Reapresentado
Peças para reposição	16.062	7.763
Total	16.062	7.763

O saldo de estoque refere-se a peças para manutenção da investida indireta Rio Amazonas Energia S.A. (RAESA).

14 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015 Reapresentado	31/12/2014 Reapresentado	31/12/2015 Reapresentado	31/12/2014 Reapresentado
Petrobrás Distribuidora S.A. **(i)**	-	-	199.524	171.112
Caterpillar Motoren GMBF & CO **(ii)**	-	-	42.504	32.270
Wartsila Brasil Ltda (iii)	-	-	9.675	9.526
Wartsila Finland OU (iii)	-	-	5.132	3.896
Wartsila Switzerland (iii)	-	-	8.426	3.704
EMPA S.A Serviços de Engenharia	-	-	1.103	1.103
Medabil Sistemas Construtivos S/A (iv)	-	-	2.755	2.059
Soenergy-Sistemas Intern. de Energia S/A	-	-	580	303
Outros	1.587	1.046	6.857	6.025
Total	1.587	1.046	276.556	229.998
Circulante	1.587	1.046	273.182	226.625
Não circulante	-	-	3.374	3.373

(i) O montante refere-se ao consumo de combustível da investida RAESA, a ser liquidado pela Eletrobrás (via conta CCC), conforme nota explicativa nº 4.

(ii) O saldo em aberto com Caterpillar, refere-se a processo judicial, sendo reconhecido como causa de perda provável, vide nota explicativa nº24.

(iii) O saldo em aberto com as empresas Wartsila referem-se a fornecimento de serviços de operação e manutenção e peças para manutenção dos motores das investidas. A Companhia está em tratativa com o fornecedor, no intuito de renegociar prazos e valores

(iv) Ação de cobrança, pelo rito ordinário fundamentada no inadimplemento do protocolo de intenções firmado entre Medabil Sistemas Construtivos e Termelétrica Itapebi S.A. para a celebração do contrato de fornecimento e montagem de materiais.

15 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015 Reapresentado	**31/12/2014 Reapresentado**	**31/12/2015 Reapresentado**	**31/12/2014 Reapresentado**
IOF (ii)	24.273	20.190	25.657	20.921
IRPJ (iii)	5.790	1.401	6.109	1.401
CSLL (iii)	2.092	514	2.208	514
PIS	85	-	350	273
COFINS	567	-	1.722	1.167
ICMS	-	-	2.884	2.880
Outros	45	11	282	538
Total	32.852	22.116	39.212.	27.694
Parcelamentos:				
ICMS **(i)**	-	-	15.545	24.024
Imposto Territorial Rural	99	-	99	-
Total	99	-	15.644	24.024
Total geral	32.951	22.116	54.856	51.718
Circulante	32.852	22.116	47.691	36.173
Não circulante	99	-	7.165	15.545

(i) O saldo de imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS) é oriundo das operações de venda de energia pela investida Rio Amazonas Energia S.A. Em dezembro de 2012, o montante em aberto de R$ 46.321 foi renegociado junto à Secretaria do Estado do Amazonas, através de processo de parcelamento pactuado em 60 meses, com término em outubro de 2017.

(ii) O saldo de imposto sobre operações financeiras (IOF) é oriundo das operações entre partes relacionadas. Conforme nota explicativa de eventos subsequentes nº 24, a Companhia efetuou o parcelamento dos valores devidos no Programa de Regularização Tributária.

(ii) O saldo de imposto de renda e contribuição social sobre lucro referem-se a reapuração dos exercícios anteriores, desta forma, apurou-se base a tributar. Conforme nota explicativa de eventos subsequentes nº 24, a Companhia efetuou o parcelamento dos valores devidos no Programa de Regularização Tributária.

16 Empréstimos e financiamentos e debêntures

a) O saldo de empréstimos e financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é composto da seguinte forma:

Controladora

				31/12/2015 Reapresentado			31/12/2014 Reapresentado		
Financiadores / Credores	Empresa	Espécie	Valor Contratação	Saldo Devedor	Saldo Devedor Circulante	Saldo Devedor Não Circulante	Saldo Devedor	Saldo Devedor Circulante	Saldo Devedor Não Circulante
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Debêntures	3.000	5.522	5.522	-	4.565	4.565	-
Fundiágua (i)	Multiner	Debêntures	6.000	11.043	11.043	-	9.130	9.130	-
		Total	**9.000**	**16.565**	**16.565**	-	**13.695**	**13.695**	-

Consolidado

				31/12/2015 Reapresentado			31/12/2014 Reapresentado		
Financiadores / Credores	Empresa	Atividade	Valor Contratação	Saldo Devedor	Saldo Devedor Circulante	Saldo Devedor Não Circulante	Saldo Devedor	Saldo Devedor Circulante	Saldo Devedor Não Circulante
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Debêntures	3.000	5.522	5.522	-	4.565	4.565	-
Fundiágua (i)	Multiner	Debêntures	6.000	11.043	11.043	-	9.130	9.130	-
		Total	**9.000**	**16.565**	**16.565**	-	**13.695**	**13.695**	-
Postalis (i)	Raesa	CCB	38.850	62.998	62.998	-	52.060	52.060	-
Fundos de Pensão (ii)	Raesa	CCB	165.050	181.612	181.612	-	180.530	180.530	-
Fundos de Pensão	Raesa	CCB	69.090	248.355	248.355	-	203.129	203.129	-
		Total	**272.990**	**492.965**	**492.965**	-	**435.719**	**435.719**	-

b) Principais características dos empréstimos e financiamentos

Controladora

Financiadores / Credores	Empresa	Atividade	Valor Contratação	Modalidade	Taxas	Data Contratação	Inicio	Término	31/12/2015 Reapresentado Qtde Parcelas	31/12/2015 Reapresentado Parcelas Pagas	31/12/2015 Reapresentado Parcelas a vencer	31/12/2014 Reapresentado Qtde Parcelas	31/12/2014 Reapresentado Parcelas Pagas	31/12/2014 Reapresentado Parcelas a vencer
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Holding	3.000	Debêntures	9,50% a.a. + IGPM	31/05/10	31/10/10	01/07/16	1	-	1	1	-	1
Fundiágua (i)	Multiner	Holding	6.000	Debêntures	9,50% a.a. + IGPM	31/05/10	09/08/10	01/07/16	1	-	1	1	-	1

Consolidado

Financiadores / Credores	Empresa	Atividade	Valor Contratação	Modalidade	Taxas	Data Contratação	Inicio	Término	31/12/2015 Reapresentado Qtde Parcelas	31/12/2015 Reapresentado Parcelas Pagas	31/12/2015 Reapresentado Parcelas a vencer	31/12/2014 Reapresentado Qtde Parcelas	31/12/2014 Reapresentado Parcelas Pagas	31/12/2014 Reapresentado Parcelas a vencer	
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Holding	3.000	Debêntures	9,50% a.a. + IGPM	31/05/10	31/10/10	01/07/16	1	-	1	1	-	1	
Fundiágua	Multiner	Holding	6.000	Debêntures	9,50% a.a. + IGPM	31/05/10	09/08/10	01/07/16	1	-	1	1	-	1	(i)
Postalis	Raesa	Térmica	38.850	CCB	10% a.a. + IGPM	20/04/06	20/04/06	25/01/16	1	-	1	1	-	1	(i)
Fundos de Pensão	Raesa	Térmica	165.050	CCB	9,95% a.a. + IGPM	17/02/06	17/02/06	15/12/16	24	6	18	24	-	24	(ii)
Fundos de Pensão	Raesa	Térmica	69.090	CCB	9,11% a.a. + IGPM	26/09/06	26/09/06	15/01/27	140	6	134	140	-	140	(ii)

(i) Conversão Obrigatória

Conforme acordo celebrado no contrato de reorganização e de financiamento da Companhia, estas dívidas serão convertidas em capital, após a conclusão de determinadas ações estabelecidas no referido contrato, as quais estão descritas de forma mais detalhada na nota explicativa n° 17.

(ii) Negociação para Repactuação e Conversão

A Companhia está em tratativas com os detentores dos CCBs (cédula de crédito bancário) para alongamento/repactuação da dívida, que tem como vencimento inicial em 15/12/16.

(iii) Conversão Obrigatória

A Companhia está em tratativas com os detentores dos CCBs (cédula de crédito bancário) para alongamento da dívida e conversão de parte em capital, em linha com os termos e condições aceitos previamente por outros credores, conforme nota explicativa nº17.

Covenants:

Em 14 de julho de 2014, a Companhia e suas subsidiárias deram seguimento a reestruturação financeira iniciada em meados de 2012, cuja parte das dívidas ainda precisam ser convertidas em capital ou alongadas. As CCBs das subsidiárias possuem determinadas cláusulas restritivas (covenants) que, com esta reestruturação financeira, considera-se que todas as CCBs estão vigentes e não tiveram vencimento antecipado formalizado. Esses acordos assumidos com os credores resultaram em alongamento de prazos, diminuição de taxas e conversão de parte da dívida em capital, afetando os índices de forma significativa. Em Assembleia Geral de Debenturistas – AGD realizada em 15 de abril de 2014, a Companhia obteve anuência dos titulares das debêntures de 2ª emissão quanto ao não cumprimento de covenants. Nesta mesma data foram liquidadas ou convertidas em capital 149 de 167 debêntures em circulação.

Em 31 de dezembro de 2015, pelo fato de não ter a devida anuência formalizada pelos seus credores, a Companhia realizou a reclassificação da dívida para o passivo circulante.

Garantias dos financiamentos:

As seguintes garantias foram fornecidas aos credores em função das operações de financiamento da Companhia:

- Cessão dos direitos creditórios dos empreendimentos;
- Alienação fiduciária dos equipamentos;
- Fianças bancárias;
- Seguro de conclusão das obras;
- Aplicações financeiras;
- Penhor dos direitos emergentes da resolução autorizativa e dos contratos de compra e venda de energia dos seus empreendimentos;
- Penhor das ações da Sociedade;
- Fianças da Companhia, Bolognesi Energia S.A. e Eólica Participação S.A.; e
- Hipoteca do Terreno da RAESA no valor de R$ 630.

Conforme o acordo de reorganização financeira da Multiner, firmado em março de 2012, no momento do fechamento da operação de reestruturação financeira da Multiner, que ocorreu em julho de 2014, as CCB´s da Controlada New Energy com vencimento a partir de fevereiro de 2012, passaram a ter carência de até 5 anos no pagamento dos valores de principal e as CCB´s da Controlada RAESA tiveram seu vencimento alterado a partir de 31 de janeiro de 2015. Contudo, a Companhia está renegociando parte das CCB's atualmente que esteja de acordo com sua capacidade de pagamento.

Em 15 de julho de 2014, 100% dos debenturistas da 2ª emissão de debêntures da Companhia, deliberaram por unanimidade o seguinte: i) alterar a data do vencimento e remuneração anual para 1º de julho de 2015; ii) autorizar o agente fiduciário a tomar as providências necessárias, visando ao cumprimento das deliberações dessa Assembléia;

A Emissora esclareceu que recomprou 149 (cento e quarenta e nove) debêntures pelo preço unitário calculado pela CETIP de titularidade da Fundação Petrobrás de Seguridade Social (Petros), Fundação CELG de Seguros e Previdência (Eletra), FI Renda Fixa Ipiranga, FIM Crédito Privado Salus e Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social (Refer), restando 18 (dezoito) Debêntures em Circulação.

Em 11 de junho de 2015, através de AGD, 100% dos debenturistas da 2ª emissão de debêntures da Companhia, deliberaram por unanimidade e sem ressalvas: i) aditar a Cláusula 4.10 da Escritura Particular de Emissão de Debêntures, não Conversíveis em Ações, com Garantia Flutuante da 2ª Emissão de Debêntures da Multiner S.A., alterando a data de vencimento para 1º de julho de 2016. Desta forma não houve pagamento de juros em 1º de julho de 2015, mas somente na nova data de vencimento e ii) autorizar o Agente Fiduciário a tomar as providências necessárias, visando ao cumprimento das deliberações dessa Assembleia.

17 Patrimônio líquido

a) Capital social subscrito e integralizado

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2015 é de R$ 855.828 (R$ 855.811 em 31/12/14) dividido em 14.721.296 (Quatorze milhões, setecentos e vinte e um mil e oitenta e duzentos e noventa e seis) ações. Segue abaixo a composição das ações:

31/12/2015 Reapresentado

Acionistas	Qde Total	Ações ordinárias	Ações preferencias Classe D	Ações preferencias Classe C	Ações preferencias Classe B	Ações preferencias Classe A
Bolognesi Energia S.A.	2.708.535	2.708.533	1	1	-	-
Brasilterm Energia S.A.	1.380.846	1.380.846	-	-	-	-
Multiner Fundo de Invest. em Participações	10.631.915	3.788.360	-	-	6.532.211	311.344
	14.721.296	7.877.739	1	1	6.532.211	311.344

b) Evolução do Patrimônio líquido

Em 28 de março de 2012, o Grupo Bolognesi Energia comprou as ações dos antigos acionistas JABR Participações S.A, Cia 44 de Negócios S.A., Companhia de Investimentos Resultado e Camille Loyo Faria, através do contrato de compra e venda de ações para alienação da totalidade das ações da Multiner e suas Controladas.
Nos termos desse contrato a operação tem como objetivo:

- Refinanciamento das dívidas da Companhia;
- Capitalização da Companhia de modo a preservar o valor de seus ativos e, por conseguinte, do investimento dos seus acionistas e;
- Transferência das ações da Companhia para o Grupo Bolognesi Energia.

Nesta mesma data, através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária, ocorreram as seguintes deliberações:

- Aprovar o cancelamento das 52.148 ações preferenciais resgatáveis de emissão da Companhia que, à época, eram mantidas em tesouraria;
- Aprovar a conversão da totalidade das ações preferenciais resgatáveis em circulação em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, na proporção de 1:1, considerando

a) Total integralização do atual capital social da Companhia e
b) Necessidade de capitalização da Companhia para efetiva execução do seu objeto social e aprovar o aumento de capital social da Companhia por meio de subscrição de novas ações, nas seguintes condições: Valor do aumento de capital no montante de R$ 391.636, sendo R$ 99.999 através de integralização imediata, e o saldo restante equivalente a R$ 291.636 integralizado em dinheiro conforme chamadas de capital que forem realizadas pelo Conselho de Administração e condicionadas à previas autorizações especificadas na AGE.

Em 28 de setembro de 2012, conforme "Termo de Fechamento", as ações dos antigos acionistas, Cia 44 de Negócios S.A., JABR Participações S.A., Cia de Investimentos Resultado e Camille Loyo Faria, passaram a ser de propriedade da Bolognesi Energia S.A..

Em 18 de julho de 2013 os detentores de debêntures de 2ª emissão, aprovaram pela substituição de titularidade das ações da Multiner S.A. em garantia, que representavam a maioria das ações dos antigos sócios.

Em 27 de dezembro de 2013 foi aportado na Companhia o valor de R$ 105.425 para emissão e integralização de 41.829 ações classe A e 588.843 ações classe B. Essa emissão de ações classe A e classe B teve como objetivo equacionar a dívida com credores não quotistas do FIP Multiner (CELOS, CAPAF, ELETRA E METRUS), os quais integralizaram novas quotas do FIP Multiner, por meio das conferências desses créditos detidos contra a Companhia, pelo que o FIP Multiner, que passou a ser titular de tais créditos.

Em 14 de julho de 2014, foi assinado o "Primeiro Aditivo ao Contrato de Reorganização e de financiamento da Multiner S.A., alterando algumas condições do plano de recapitalização da Companhia, dentre os quais se destacam:

- Aumento de capital da Companhia no valor de R$ 208.497, sendo:
  a) R$ 152.917 por meio de emissão de 571.405 ações preferenciais subscritas e integralizadas por Multiner Fundo de Investimento em Participações.
  b) R$ 55.580 por meio da emissão de 686.594 ações ordinárias, uma ação preferencial classe C e 1 ação preferencial classe D subscritas e integralizadas por Bolognesi Energia S.A..
- Alteração das características de ações preferenciais;
- Emissão de três lotes de bônus de subscrição e;
- Outros créditos no valor de R$ 236.663, que deverão ser capitalizados pela conversão de dívidas da Postalis e Fundiágua assim que seja concluída a Listagem da Multiner no Bovespa Mais.
- Estabelece a obrigação de aporte adicional de ativos pela Bolognesi Energia na Multiner ou na Mesa Participações S.A. no montante de R$ 225.921.

Em 22 de maio de 2015, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária ocorreram as seguintes deliberações:

- Conversão de 216.780 Ações Preferenciais da Classe A de emissão da Companhia, de titularidade do acionista Multiner Fundo de Investimento em Participações, em 1.350.000 Ações Ordinárias e 2.348.267 Ações preferenciais da Classe B;
- Aumento de capital no valor de R$ 11.171,90, com emissão de 1.117.190 ações ordinárias, pelo preço de R$ 0,01 por ação, em virtude do exercício do bônus de subscrição pelos Acionistas Bolognesi Energia S.A. e Brasilterm Energia S.A. e;
- Alteração do Estatuto Social, em virtude da conversão de ações preferenciais em ações ordinárias, bem como em virtude do aumento de capital decorrente do exercício do bônus de subscrição por Bolognesi Energia S.A e Brasilterm Energia S.A..
- O acionista Bolognesi realizará um aumento de capital (podendo ser em ativos ou em moeda corrente nacional) no montante R$ 100.000.000,00 (corrigido pelo IPCA a partir de 28.03.12) até 31.12.15. Adicionalmente o acionista Bolognesi está obrigado a realizar outro aporte de capital de R$ 125.920.666,67 (também corrigido pelo IPCA a partir de 28.03.16) até 31.12.2020.

Em Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 03 de junho de 2015 ocorreram as seguintes deliberações:

- Aprovação das modificações dos artigos 1, 5, 12, 13, 16, 26 e 27 do Estatuto Social e inclusão dos artigos 33 a 39, com a finalidade de adequar o Estatuto Social da Companhia às novas regras do Regulamento de Listagem Bovespa Mais - Nível 2, bem como seu pedido de registro na BM&FBOVESPA;
- Conversão de registro para categoria A na Comissão de Valores Mobiliários;
- Ampla revisão e consolidação do Estatuto Social da Companhia, considerando o acima.

A Companhia está em tratativas com seus credores e acionistas sobre o prazo e viabilidade para listagem no Bovespa Mais.

Em 08 de setembro de 2015, por Ata da Assembleia Geral Extraordinária ocorreram as seguintes deliberações:

- Conversão de 122.216 (cento e vinte e duas mil, duzentas e dezesseis) Ações Preferenciais da Classe A de emissão da Companhia, de titularidade do acionista Multiner Fundo de Investimento em Participações, em 950.000 (novecentas e cinquenta mil) Ações Ordinárias e 1.135.000 (um milhão, cento e trinta e cinco mil) Ações Preferenciais da Classe B;
- Aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 5.585,95 (cinco mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), por meio da emissão de 558.595 (quinhentas e cinquenta e oito mil, quinhentas e noventa e cinco) novas ações, todas ordinárias e;
- Alteração do Estatuto Social em virtude da conversão de ações preferenciais em ações ordinárias, bem como em virtude do aumento de capital decorrente do exercício dos bônus de subscrição por Bolognesi Energia S/A e Brasilterm Energia S/A.

c) Ações preferenciais

Em 2009 a Companhia aumentou seu capital em R$ 149.526, com emissão de 497.768 ações preferenciais regatáveis. Este aumento de capital gerou reserva de ágio na emissão de ações no montante de R$ 316.259.

As ações Preferenciais Nominativas Resgatáveis - PNR eram conversíveis em ações ON da Companhia, no quarto ano contado da data de aprovação da sua emissão, que ocorreu em 5 de dezembro de 2008, na proporção de 1:1, isto é, cada ação preferencial poderia ser convertida em uma ação ordinária de emissão da Companhia.

Além do direito de conversão em ações ordinárias descrito acima, essas ações, possuíam direito a dividendos no mínimo 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias, participação integral nos resultados da Companhia em igualdade com as ações ordinárias e preferência em deliberar sobre a conversão das ações preferenciais resgatáveis em ações ordinárias de emissão da Companhia na proporção de 1:1, caso a Companhia decidisse realizar emissão pública de ações antes do prazo previsto para conversão dessas ações em ordinárias.

Decorrido o prazo mencionado acima, caso o acionista optasse pela não conversão de suas ações, as mesmas seriam resgatadas pela Companhia, obedecendo a um cronograma de pagamento, que equivalia ao resgate de 1/6 das ações preferenciais resgatáveis, em seis semestres consecutivos contados a partir de 24 de maio de 2013, ao preço que corresponderia ao preço de emissão atualizado pela variação do Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) acrescido de 9,5% ao ano, desde a data de sua emissão, descontados os valores recebidos a título de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outro rendimento auferido pelas ações preferenciais resgatáveis, também atualizados pelo IGP-M, acrescido de 9,5% ao ano, desde a data do recebimento dessas quantias.

Em 28 de março de 2012, foi autorizada a conversão da totalidade das ações preferenciais resgatáveis em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, em proporção de 1:1, tendo como titular o Multiner Fundo de Investimento em Participações e que apresentam características similares às antigas ações preferenciais resgatáveis. Tais ações são conversíveis tanto em ordinárias quanto em preferenciais classe B com característica de capital social, esta última, mediante a realização de ações previstas no Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia que já foram integralmente atendidas.

d) Reserva de capital para investimento

Essa reserva é referente ao Ajuste de Avaliação Patrimonial em função basicamente da Combinação de Negócios na aquisição da 2007 Participações S.A realizada em 2009.

e) Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976 (redação alterada pela Lei nº 10.303/2001). A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado ao dividendo mínimo obrigatório.

A Companhia não apresentou resultado positivo para base de pagamento de dividendos nos exercícios apresentados.

18 Provisão para contingência

a) Causas prováveis

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015 Reapresentado	**31/12/2014 Reapresentado**	**31/12/2015 Reapresentado**	**31/12/2014 Reapresentado**
Contingências trabalhistas	1.157	1.564	471	1.564
Contingências diversas	-	-		-
Total	1.157	1.564	471	1.564

b) Causas possíveis

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía em andamento 9 processos judiciais, cujo montante aproximado é de R$ 67.938 na controladora e R$ 232.065 para suas controladas, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é possível de perda, para os quais a Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

	Causas possíveis	
	Controladora 31/12/2015 Reapresentado	**Consolidado 31/12/2015 Reapresentado**
Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (i)	32.938	105.672
Amazonas Energia S.A. (ii)	-	21.393
Distribuidoras diversas (iii)	35.000	105.000
Total	67.938	232.065

(i) Refere-se a aplicação da Penalidade pela ANEEL referente a revogação da outorga por descumprimento do cronograma e obrigações, sendo citada como polo passivo no processo as investidas Monte Pascoal, Itapebi, Multiner, Termopower V e VI. Vide nota explicativa de eventos subsequentes nº24.

(ii) Refere-se ao processo administrativo em andamento junto a Distribuidora Amazonas Energia S.A. em razão do atraso na conversão da Usina Rio Amazonas Energia S.A.(RAESA) para operação bicombustível.

(iii) Refere-se a suspensão dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados e, com a revogação da outorga do empreendimento, as distribuidoras pretendem a rescisão contratual com pagamento de multa. Vide nota explicativa de eventos subsequentes nº24.

19 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2015 Reapresentado	**31/12/2014 Reapresentado**
Potência contratada **(i)**	103.787	100.259
O&M **(ii)**	25.850	25.043
Total Receita Bruta	**129.637**	**125.302**
PIS **(iii)**	(1.955)	(2.067)
COFINS **(iii)**	(9.007)	(9.523)
ICMS	(32.410)	(31.326)
Glosa de potência garantida **(v)**	(1.020)	(313)
Pesquisa e desenvolvimento	(852)	(816)
Arrendamento Financeiro – RAESA **(iv)**	(27.038)	(27.058)
Total Deduções	**(72.282)**	**(71.103)**
Receita líquida de vendas	**57.355**	**54.199**

(i) Potência contratada

O valor apresentado como potência contratada refere-se a parcela estabelecida no contrato de suprimento de energia OC - 1819/2005, firmado entre a controlada Rio Amazonas Energia S.A. junto a empresa Amazonas Distribuidora, o qual prevê o pagamento pela potência garantida de 65 MW.

(ii) O&M

O valor apresentado como O&M refere-se a parcela estabelecida no contrato de suprimento de energia OC – 1819/2005, firmado entre a controlada Rio Amazonas Energia S.A. junto à empresa Amazonas Distribuidora, o qual prevê o pagamento pela energia fornecida referente à operação e manutenção da Usina, calculado pela multiplicação do total mensal da energia fornecida pela parcela do preço de energia fornecida referente à operação e manutenção do mês vigente.

(iii) PIS e COFINS

Os impostos apurados a título de PIS e COFINS são calculados às alíquotas de 1,65% de PIS e 7,60% de COFINS sobre as receitas oriundas do faturamento da usina Rio Amazonas Energia S.A..

(iv) Arrendamento financeiro - RAESA

O montante refere-se à amortização do arrendamento financeiro da RAESA, conforme demonstrado na nota explicativa nº8.

20 Custo do serviço

	Consolidado	
	31/12/2015 Reapresentado	**31/12/2014 Reapresentado**
Comercialização de energia no mercado de curto prazo	(221)	-
Operação e manutenção – Peças e serviços (i)	(12.634)	(15.885)
Óleo lubrificante	(2.771)	(2.097)
Aluguel de máquinas e equipamentos	(3.373)	(3.049)
Salários e encargos	(3.639)	(3.109)
Outros	(303)	(401)
Total custo do serviço	(22.941)	(24.541)

(i) Saldo de operação e manutenção representa os valores investidos em manutenção periódica dos motores da investida indireta Rio Amazonas Energia S.A. (RAESA). Inclui-se neste saldo a aplicação de peças a mão de obra dispendida com esta aplicação.

21 Despesas operacionais

a) Gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015 Reapresentado	**31/12/2014 Reapresentado**	**31/12/2015 Reapresentado**	**31/12/2014 Reapresentado**
Provisão para contingências	(272)	(1.064)	(10.543)	(18.743)
Impostos e taxas	(3.016)	(161)	(4.321)	(1.155)
Serviços jurídicos	(181)	(1.022)	(1.099)	(1.247)
Processos judiciais	(1.417)	(690)	(1.417)	(690)
Serviços de Consultoria administrativa	(1.414)	(3.223)	(1.490)	(4.534)
Aluguel	(1.517)	(1.362)	(1.548)	(1.378)
Honorários de administração	(1.420)	(1.138)	(1.442)	(1.164)
Honorários de conselho	(808)	(763)	(808)	(763)
Luz, água, telefone e internet	(579)	(517)	(804)	(623)
Serviços de auditoria	(98)	(100)	(148)	(104)
Viagens	(650)	(772)	(696)	(794)
Serviços de engenharia	(1.203)	(877)	(1.635)	(1.591)
Outros	(1.214)	(1.332)	(3.590)	(6.325)
Total das despesas gerais e administrativas	(13.789)	(13.021)	(29.541)	(39.111)

b) Outras (receitas) despesas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015 Reapresentado	**31/12/2014 Reapresentado**	**31/12/2015 Reapresentado**	**31/12/2014 Reapresentado**
Perda de ativo não recuperável **(i)**	-	(23.927)	-	(23.927)
Amortização de ágio – goodwill	-	-	(11.242)	(9.903)
Reversão de despesas	680	-	791	-
Outras despesas (receitas)	(40)	5.138	406	2.422
Total de outras despesas	640	(18.789)	(10.045)	(31.408)

(i) Refere-se a despesas com o não cumprimento de cláusulas contratuais com a Wartsila.

22 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015 Reapresentado	**31/12/2014 Reapresentado**	**31/12/2015 Reapresentado**	**31/12/2014 Reapresentado**
Rendimento de aplicação financeira	143	37	463	334
Juros ativos sobre mútuo	79.003	56.959	59.306	40.419
Juros ativos sobre créditos tributários	33	267	4.053	3.451
Variações cambiais ativas	335	1.059	2.667	6.804
Juros s/arrendamento financeiro	-	-	14.500	15.321
Descontos obtidos	-	167	108	172
Outras receitas financeiras	-	3	-	536
Total de receitas financeiras	79.514	58.492	81.097	67.037
Juros sobre cédula de crédito bancário (CCB)	-	-	(104.696)	(74.970)
Multas passivos sobre débitos tributários	(1.713)	(2.941)	(1.946)	(4.391)
Juros passivos sobre mútuo	(8.814)	(6.495)	(11.229)	(3.015)
Juros sobre debêntures	(2.870)	(11.092)	(2.870)	(11.092)
Despesas bancárias	(18)	(22)	(22)	(33)
Multas contratuais	(41)	(326)	(10.100)	(1.516)
Multas passivos sobre débitos tributários	(1.122)	(4.145)	(3.180)	(6.428)
Variações cambiais passivas	(299)	(123)	(5.113)	(10.705)
Impostos sobre operação financeira - IOF	(1.142)	(1.191)	(2.190)	(2.012)
Juros contratuais	(1)	(533)	(8.797)	(12.477)
Outras despesas financeiras	(51)	(32)	(587)	(410)
Total de despesas financeiras	(16.071)	(26.900)	(150.730)	(127.049)

Total do resultado financeiro	63.443	31.592	(69.633)	60.012

23 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as diretrizes e estratégias definidas pela Diretoria da Companhia.

Valor justo versus valor contábil

A Diretoria da Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

		Controladora			
		31/12/2015 Reapresentado		31/12/2014 Reapresentado	
	Mensuração	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Financiamentos e recebíveis					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	Custo amortizado	676	676	2.289	2.289
Valores a receber Partes Relacionadas (Nota 7)	Custo amortizado	628.486	628.486	572.774	572.774
Ativos financeiros mantidos para negociação					
Aplicações financeiras Fundo de Investimentos (Nota 3)	Valor Justo	669	669	1.768	1.768
Passivos financeiros					
Fornecedores (Nota 14)	Custo amortizado	1.587	1.587	1.046	1.046
Valores a pagar Partes Relacionadas (Nota 7)	Custo amortizado	72.316	72.316	64.635	64.635
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	Custo amortizado	16.565	18.311	13.695	14.198

	Consolidado				
		31/12/2015 Reapresentado		31/12/2014 Reapresentado	
	Mensuração	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Financiamentos e recebíveis					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	Custo amortizado	706	706	3.306	3.306
Valores a receber Partes Relacionadas (Nota 7)	Custo amortizado	515.529	515.529	472.136	472.136
Ativos financeiros mantidos para negociação					
Aplicações financeiras Fundo de Investimentos (Nota 3)	Valor Justo	672	672	1.772	1.772
Passivos financeiros					
Fornecedores (Nota 14)	Custo amortizado	273.182	273.182	226.625	226.625
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	Custo amortizado	509.530	563.234	449.414	465.907

Para todas as operações apresentadas no quadro acima, exceto financiamentos e debêntures, a Diretoria da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

Hierarquia de valor justo
A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um, método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Controladora

Ativo	Nível	31/12/2015 Reapresentado Contábil	31/12/2015 Reapresentado Valor justo	31/12/2014 Reapresentado Contábil	31/12/2014 Reapresentado Valor justo
Financiamentos e recebíveis					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	**Nível 1**	676	676	2.289	2.289
Ativos financeiros mantidos para negociação					
Aplicações financeiras Fundo de Investimentos (Nota 3)	**Nível 1**	669	669	1.768	1.768
Passivos financeiros					
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	**Nível 2**	16.565	18.311	13.695	14.198

Consolidado

Ativo	Nível	31/12/2015 Reapresentado Contábil	31/12/2015 Reapresentado Valor justo	31/12/2014 Reapresentado Contábil	31/12/2014 Reapresentado Valor justo
Financiamentos e recebíveis					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	**Nível 1**	706	706	3.306	3.306
Ativos financeiros mantidos para negociação					
Aplicações financeiras Fundo de Investimentos (Nota 3)	**Nível 1**	672	672	1.772	1.772
Passivos financeiros					
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	**Nível 2**	509.530	563.234	449.414	465.907

Nos termos do item 32 do Pronunciamento Técnico CPC 14: Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, dada a ausência de preço de mercado para os passivos financeiros, e não realização de captações recente pela Companhia, utilizamos como metodologia para estimar o valor juros dos passivos financeiros Nível 2 o desconto do fluxo de caixa da operação descontando pela taxa livre de risco, desconsiderando eventuais alterações do spread de risco de crédito da operação. Caso fossem considerados alterações do nível de risco de crédito dos passivos financeiros poderíamos chegar a valores materialmente distintos.

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

No que tange ao cálculo do valor de mercado e classificação, seguem as seguintes considerações:

- Caixa e equivalente de caixa: os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento,

normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras estão mensuradas ao seu valor de custo amortizado.

- Fornecedores: mensurados ao custo amortizado e classificados como passivo financeiro ao custo amortizado.

- Empréstimos e financiamentos: Estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro ao custo amortizado.

- Contratos de mútuo: Estão mensuradas pelo custo amortizado, sendo classificadas como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

Administração financeira de risco

A Diretoria da Companhia monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco.

A companhia apresenta os seguintes riscos:

- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Riscos de mercado.

a. Risco de liquidez

A diretriz de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as informações contábeis intermediárias, e os juros a vencer até o final do contrato.

Controladora

31 de dezembro de 2015 Reapresentado	Valor Contábil	Fluxo Contratado	Até 12 meses	2 anos	3 anos	4 - 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores (Nota 14)	1.587	1.587	1.587	-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	16.565	16.565	16.565	-	-	-	-

Consolidado

31 de dezembro de 2015 Reapresentado	Valor Contábil	Fluxo Contratado	Até 12 meses	2 anos	3 anos	4 - 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores (Nota 14)	273.182	273.182	269.808	3.374	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	509.530	509.530	509.530	-	-	-	-

b. Risco de crédito

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações em instituições avaliadas e/ou aprovadas pela Diretoria.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015 Reapresentado	31/12/2014 Reapresentado	31/12/2015 Reapresentado	31/12/2014 Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	676	2.289	706	3.306
Valores a receber Partes Relacionadas (Nota 7)	628.486	572.774	515.529	472.136

c. Risco de mercado

Risco de taxa de juros

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015 Reapresentado	31/12/2014 Reapresentado	31/12/2015 Reapresentado	31/12/2014 Reapresentado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	676	2.289	706	3.306
Valores a receber Partes Relacionadas (Nota 7)	628.486	572.774	515.529	472.136
Aplicações financeiras Fundo de Investimentos (Nota 3)	669	1.768	672	1.772
Passivos				
Fornecedores (Nota 14)	1.587	1.046	273.182	226.625
Valores a pagar Partes Relacionadas (Nota 7)	72.316	64.635	-	-
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	16.565	13.695	509.530	449.414

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável em 31 de dezembro de 2015

A Diretoria da Companhia considerou como metodologia mais correta para a estimativa de um "cenário provável" se basear nas taxas praticadas no mercado, para o período de um ano, do IGP-M em 31 de dezembro de 2016. O cenário I considera uma diminuição/aumento de 25% e o cenário II considera uma diminuição/aumento de 50%, da taxa provável apuradas nas respectivas datas de análise.

Nos termos do item 14 do CPC 012 dada a ausência de uma estimativa confiável para a apuração do prêmio de risco adequado para os Empréstimos e Financiamentos, dada ausência de negociação no mercado secundário dos passivos, e impactos decorrentes do adimplemento, ou não, do Contrato de Reorganização e de Financiamento de Multiner S.A. por suas contrapartes, adotamos como taxa de desconto a taxa livre de risco (SELIC) para o cálculo do valor presente dos endividamentos para fins de apuração do valor justo.

Controladora			**31/12/2015** **Reapresentado**		
			16.565		
	5,27%	7,91%	10,54%	13,18%	15,81%
	-50%	**-25%**	**Provável**	**25%**	**50%**
Instrumentos financeiros passivos					
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)					
	-50%	**-25%**	**Provável**	**25%**	**50%**
Exposição líquida IGP-M	873	1.309	1.746	2.182	2.619
Impacto da variação	-873	-436	-	436	873

Consolidado			**31/12/2015** **Reapresentado**		
			509.530		
	5,27%	7,91%	10,54%	13,18%	15,81%
	-50%	**-25%**	**Provável**	**25%**	**50%**
Instrumentos financeiros passivos					
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)					
	-50%	**-25%**	**Provável**	**25%**	**50%**
Exposição líquida IGP-M	26.852	40.278	53.704	67.131	80.557
Impacto da variação	-26.852	-13.426	-	13.426	26.852

O cenário provável foi determinado com base nos vencimentos contratuais de cada dívida e a avaliação de mercado foi determinada conforme descrito na definição do valor justo abaixo.

Definição de valor justo

Para o cálculo do valor justo, utilizamos a taxa média de IGP-M divulgada pela Fundação Getúlio Vargas, para as projeções dos fluxos de pagamentos das dívidas, taxa média de SELIC divulgado

pelo Banco Central do Brasil. Calculamos a taxa de desconto utilizando a taxa média de SELIC divulgado pelo Banco Central do Brasil acrescido do spread dos juros contratados. Nos termos do item 32 do Pronunciamento Técnico CPC 14: Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, dada a ausência de preço de mercado para os passivos financeiros, e não realização de captações recente pela Companhia, utilizamos como metodologia para estimar o valor juros dos passivos financeiros Nível 2 o desconto do fluxo de caixa da operação descontando pela taxa livre de risco, desconsiderando eventuais alterações do spread de risco de crédito da operação. Caso fossem considerados alterações do nível de risco de crédito dos passivos financeiros poderíamos chegar a valores materialmente distintos.

Gestão de risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Principais ativos e passivos financeiros

Os principais ativos e passivos financeiros utilizados pela Companhia, de que surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Aplicações financeiras;
- Clientes;
- Empréstimos e financiamentos;
- Debêntures; e
- Fornecedores.

24 Eventos subsequentes

Cédulas de Crédito Bancário (CCBs)

Em 03 de março de 2016, foi deliberado em Ata de Reunião do Conselho de Administração a compensação das Cédulas de Crédito Bancário (CCB's) de titularidade da Multiner S.A. emitidas pela controlada Rio Amazonas Energia S.A. (RAESA), no montante de R$ 68.665, que até então estavam reconhecidos como mútuo entre RAESA e Multiner S.A.

Em novembro de 2016, a investida indireta Rio Amazonas Energia S.A. inadimpliu pecuniariamente a obrigatoriedade frente à segunda emissão de CCBs (cédula de crédito bancário). Desta forma, o montante classificado no passivo não circulante de R$ 274.783 será reclassificado para curto prazo neste período. A companhia está em tratativas com os credores para alongamento da dívida, conforme nota explicativa nº1.

Processo judicial após exercício findo em 31 de dezembro de 2015

Em julho de 2016 a Companhia obteve decisão desfavorável exigindo pagamento a Caterpillar Motoren GMbH & Co. no montante de R$ 33.036, fixados em sentença arbitral estrangeira, referente a motores que seriam utilizados no projeto da Termelétrica Itapebi S.A. Tal valor havia sido provisionado como contingência. Atualmente, a Companhia está empenhando esforços para negociar as condições de pagamento para encerramento das obrigações junto este fornecedor.

Em novembro de 2016, a investida indireta Rio Amazonas Energia S.A. inadimpliu pecuniariamente a obrigatoriedade frente à segunda emissão de CCBs (cédula de crédito bancário). Desta forma, o montante classificado no passivo não circulante de R$ 274.783 será reclassificado para curto prazo neste período. A companhia está em tratativas com os credores para alongamento da dívida, conforme nota explicativa nº1.

Processo n° 0429239-20.2016.8.19.001

Trata-se de ação de cobrança, ajuizada pela Petrobras Distribuidora S.A. (BR Distribuidora) contra a RAESA, tendo por objeto inadimplemento no que tange ao pagamento da contraprestação pelo fornecimento do óleo combustível utilizado pela UTE Cristiano Rocha, em Manaus-AM, decorrente do contrato de fornecimento de óleo combustível subsidiário do Contrato de Suprimento de Energia nº OC 1819/2005, firmado em 20/05/2005, pela RAESA e pela Amazonas Distribuidora de Energia S.A. O valor do débito em questão seria de R$ 208.318. Como provas fundamentais, a BR Distribuidora juntou aos autos um rol de notas fiscais relativas aos supostos valores em aberto, muito embora tenha reconhecido a existência de "pagamentos parciais" de alguns desses valores, sem, contudo, especificá-los.

No momento aguarda-se uma manifestação da juíza a respeito dessas preliminares e também do pedido de realização de perícia sobre os números apresentados pela BR Distribuidora.

Importante esclarecer que os valores em aberto junto à BR Distribuidora, ora perseguidos nessa ação de cobrança, são correlatos ao inadimplemento da Eletrobrás para com a RAESA, no que tange ao ressarcimento da CCC-Isol, fundo setorial destinado a neutralizar os custos adicionais da geração termelétrica, que está sendo debatido nos autos do Mandado de Segurança nº 0029183-21.2009.4.01.3400 (nº original 2009.34.00.029716-4 – em trâmite no TRF da 1ª Região), processo no qual já foram proferidas 6 (seis) decisões judiciais destinadas ao reestabelecimento dos repasses regulares da CCC-Isol à RAESA, mas que ainda não transitou em julgado.

Cumpre ressaltar que o passivo decorrente do fornecimento de óleo combustível foi criado durante o período de tramitação do Mandado de Segurança nº 0029183-21.2009.4.01.3400, em razão do descumprimento das decisões judiciais pela Eletrobrás, de forma que a cobrança da BR Distribuidora, ajuizada no Rio de Janeiro/RJ, se relaciona diretamente aos valores abordados no indicado Mandado de Segurança, que tramita em Brasília/DF.

Nesse sentido, esclarece-se, por fim, que o passivo criado durante a tramitação do MS nº 0029183-21.2009.4.01.3400, recentemente, tornou-se objeto de execução provisória proposta com a finalidade de se perseguir a efetivação destes créditos em prol da companhia.

Esta execução provisória tramita perante o mesmo juízo originário em que tramitou o mandado de segurança referente à CCC-ISOL (4ª Vara Federal de Brasília), e, atualmente, aguarda a juntada aos autos do mandado de citação da Eletrobrás, devidamente cumprido.

Embora a Companhia ao longo dos anos venha constituindo passivo (vide nota explicativa n° 14), a materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é possível de perda, não sendo assim, necessária a constituição de provisão para contingência.

Processo n° 00173042-92.2017.8.19.0001

Em 09/08/2010, foram adquiridas pela Fundiágua 12 debêntures, não conversíveis em ações, emitidas pela Multiner. Em 14/07/14, celebrou-se o primeiro aditivo, definindo-se que as debêntures da Multiner, de titularidade da Fundiágua seriam pagas antecipadamente, mas usadas para fins de capitalização indireta de uma investida da Companhia. A capitalização indireta só seria de obrigação da Fundiágua caso algumas condições fossem cumpridas pela Multiner, o que não ocorreu. Assim sendo, antes do vencimento das debêntures (previsto inicialmente para 01/06/2014), as partes prorrogaram (na data de 27/05/14), o prazo de seus vencimentos para 15/07/2014, posteriormente para 01/07/2015 e na sequência para 01/07/2016. Como não houve nova prorrogação, as debêntures adquiridas encontram-se vencidas, razão pela qual seu pagamento está sendo pleiteado.

Em 24/08/2017 o debenturista enviou a Companhia o mandado de execução no montante atualizado de R$ 15.108. Em outubro de 2017 foi apresentado exceção de pré-executividade e proferida decisão com declínio de competência para uma das varas cíveis da Comarca do Rio de Janeiro. A decisão está pendente de publicação.

A materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é possível de perda, não sendo assim, necessária a constituição de provisão para contingência.

Operação Greenfield

Em 5 de setembro de 2016, foi cumprido no Rio de Janeiro, sede da Companhia à época, o Mandado de Busca e Apreensão expedido pelo Juiz Federal da 10ª Vara Federal de Brasília no âmbito do Processo nº 373250-67.2016.4.01.3400, que investiga os investimentos realizados pelos fundos de pensão por meio de FIPs (Fundos de Investimento em Participações), dentre os quais se encontra o FIP Multiner.

Em consonância com a investigação denominada "Greenfield", foi emitida em 13 de setembro de 2016, ordem judicial de bloqueio das contas bancárias da Companhia, expedida cautelarmente nos autos do Processo nº 37.371-11.2016.4.01.3400, em curso perante a 10ª Vara Criminal Federal em Brasília. Em 15 de dezembro de 2016, aquela mesma Vara Criminal ordenou o desbloqueio das contas bancárias da Companhia, observado as seguintes condições, sob pena de revogação da presente decisão:

(i) Proibir o pagamento, a qualquer título, a seus diretores, conselheiros e demais colaboradores, de qualquer quantia mensal superior a R$ 60, para os atuais colaboradores da empresa, impondo, contudo, que futuras contratações não superem R$ 55 mensais;

(ii) Pedir prévia autorização ao Juízo em relação a todos os empréstimos que vierem a ser tomados junto a instituições financeiras;

(iii) Apresentar mensalmente ao Ministério Público Federal planilha descritiva dos mútuos que venham a ser eventualmente celebrados pela Companhia;

(iv) Abster-se de realizar patrocínios e pagamentos de serviços de consultoria e publicidade sem que haja prévia autorização judicial; e,

(v) Aderir às diretrizes do Código Brasileiro de Governança Corporativa para Companhias abertas, bem como comprometer-se a observar as normas do padrão ISO 19600 (implementação, avaliação, manutenção e melhoria do sistema de gestão de Compliance), no que for aplicável, e ISO 37001 (sistema de gestão anti-suborno), quando disponível.

Anteriormente à decisão judicial acima referida, a Diretoria da Companhia aprovou, em 29 de setembro de 2016, a contratação da BDO RCS Auditores e Consultores Ltda. ("BDO") para realizar o processo de investigação independente sobre as contas da Companhia e suas investidas dos exercícios de 2015 e 2016 ("FASE I"), e sobre as contas dos exercícios de 2008 a 2014 (FASE II), ambas ainda em andamento. Este trabalho teve por objetivo realizar a investigação forense visando obter informações sobre possíveis não conformidades e/ou eventuais ilicitudes e/ou fraudes relacionadas à contratação de fornecedores de bens ou serviços no período.

O trabalho consiste na coleta e tratativa de dados de pessoas jurídicas e pessoas físicas pré-definidas pela BDO e apreciadas pela Direção da Companhia.

O escopo de Inteligência Corporativa contemplou a revisão de Integrity Due Diligence (IDD) dos fornecedores selecionados com objetivo de:

- Identificar a idoneidade e reputação dos fornecedores;
- Identificar se há algum tipo de vínculo entre os fornecedores e nomes de envolvidos em algum tipo de esquema de corrupção; e,
- Identificar possíveis conflitos de interesse entre os fornecedores e profissionais da Companhia e suas respectivas subsidiárias.

Considerando o objetivo do escopo inicial do trabalho a BDO concluiu preliminarmente, em março de 2017, que o controle interno da Companhia possuía algumas fragilidades, dada a existência de pagamentos de alto risco, sem a aplicação de processos de resolução de conflito de interesses, ou políticas claras de cotação e aquisição, relacionado ao processo de contratação de fornecedores. Entretanto, a Companhia continua trabalhando para atender as deficiências apontadas no relatório inicial.

Adicionalmente, com o intuito de auxílio nas investigações, prevenção à fraude, governança corporativa e devida adequação dos processos internos, entre outros, a Direção da Companhia criou no final de 2016 uma área de Compliance e Auditoria Interna, que está adotando novas políticas de compras e implantação de código de ética.

Auto de infração fiscal

Em 17 de janeiro de 2017 foi lavrado pela Receita Federal do Brasil, o Termo de ciência de lançamentos e encerramento total do Procedimento Fiscal nº 0710800.2014.01301. O presente procedimento verificou, por amostragem, o cumprimento das obrigações tributárias, resultando na lavratura do lançamento de ofício especificado abaixo:

Processo	Documento	Tributo	Crédito tributário
12448-720.223/2017-73	Auto de Infração	CIDE REMESSAS	183
12448-720.155/2017-42	Auto de Infração	IOF	17.870

12448-720.351/2017-17	Auto de Infração	IRRF	16
Total			**18.069**

A Companhia efetuou o parcelamento dos débitos acima através do Programa de Regularização Tributária (PRT), com aproveitamento dos benefícios fiscais, conforme mencionado a seguir.

Adesão aos Programas de Parcelamento de Impostos Federais

A Companhia efetuou a revisão tributária dos últimos cinco exercícios, com base nas reapresentações contábeis. Desta forma, identificou-se saldos a pagar de Impostos de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) e Imposto Sobre Operação Financeira (IOF). O montante apurado foi inserido no Programa de Recuperação Tributária (PRT), através da Instrução Normativa RFB nº 1.687, de 31 de janeiro de 2017. O parcelamento foi efetuado em 24 vezes e o saldo remanescente compensado com créditos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição acumulados.

Porém, em maio de 2017 o Governo Federal lançou o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Medida Provisória n° 783 (prorrogada pela MP n° 798 e depois pela MP n° 804), concedendo novos benefícios para quem possuía dívidas de até R$ 15 milhões como: entrada de 7,5% do valor total, dividida em até 5 parcelas a vencer entre agosto a dezembro de 2017, desconto de 90% sobre os juros e de 50% sobre as multas apuradas além da compensação do saldo remanescente com o créditos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição apuradas em exercícios anteriores.

Sendo assim, para as investidas Raesa e Termelétrica Itapebi optou-se pela migração do programa de parcelamento PRT para o programa de parcelamento PERT.

Acordos

Em 14 de setembro de 2017, a Raesa firmou o instrumento de negociação dos valores em aberto com o fornecedor Wartsila (vide nota explicativa n° 14). Tais montantes referem-se a fornecimento de serviços e manutenção e peças para manutenção de equipamentos utilizado pela UTE Cristiano Rocha, sendo essa negociação aprovada por todas as partes em 06 de dezembro de 2017. A negociação indica que a Raesa pagará o saldo devedor em parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pela variação positiva do IPCA, com início de pagamento em janeiro de 2018 e término em maio de 2025.

Em 12 de dezembro de 2017, a Companhia e a controlada Itapebi celebraram acordo com o fornecedor Caterpillar Motoren GmbH & Co. (vide nota explicativa n° 14). Em 18 de dezembro de 2017, o acordo foi devidamente homologado pelo Juízo da 4° Vara Federal da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, nos termos do processo n°. 0055786-98.2016.4.02.5101, mediante o pagamento de parcela inicial. Conforme acordo, a dívida será paga em prestações mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a correção monetária do IPCA, com início de pagamento em janeiro de 2018 e término em novembro de 2027.

Em 18 de maio de 2017, a Raesa celebrou o acordo extrajudicial com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. e com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, no valor de R$138.812 para o recebimento dos valores da conta CCC – ISOL (Conta Consumo Combustível Isolado), sendo em 14 de dezembro de 2017, homologado pelo Superior Tribunal de Justiça. Conforme

acordo, o valor será recebido pela Raesa em 24 parcelas mensais consecutivas devidamente atualizadas pelo IPCA. A transação é causa para extinção dos processos n° 2009.01.1.010243-8, 209.01.1.030564-5, 2009.01.1.139018-8 e 2012.01.1.158233-5 ajuizadas pela Raesa em face da Amazonas Distribuidora de Energia S.A. e com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás.

Rerratificações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 21 de novembro de 2017, foi aprovado a rerratificação das deliberações tomadas em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1° e 14 de março de 2016. Em especial, o de tornar sem efeito os atos realizados, dado que tal alteração gerou o desequilíbrio da proporção entre as quantidades de ações ordinárias e preferências. Desta forma, cabe ressaltar que a Companhia, atualmente, equalizou o número de ações emitidas, de maneira a ficar em cumprimento com a legislação societária brasileira.

Processos de Arbitragem

Foram instaurados dois procedimentos arbitrais, sendo um para discutir novamente a rescisão do contrato firmado com o fornecedor Tecmon (sendo que o antigo procedimento arbitral foi extinto e reinstaurado), contratado para a construção das investidas Termoelétricas Termopower V e Termopower VI, cujas outorgas foram revogadas e outro que visa solucionar questões societárias indefinidas entre os acionistas da Companhia.